

Sofia Aboim

Capítulo 4

As orientações normativas da conjugalidade

Introdução

A conjugalidade organiza-se à volta de certos valores e características fundamentais que, em conjunto, constituem determinadas *orientações* presentes no dia a dia do casal e da família. Se se tratar de um casamento «institucional», a mulher dará mais importância à perenidade da relação conjugal, a valores que assentam no respeito pelos deveres que o casamento implica e a uma divisão sexual do trabalho mais tradicional. Em que medida é que estes valores ainda são aceites no Portugal contemporâneo? Ou, pelo contrário, em que medida é que se tende para valores mais «modernistas», que assentam numa visão companheirista, igualitária e dissolúvel da relação conjugal?

As últimas décadas têm sido, em Portugal, atravessadas por grandes transformações sociais na situação das famílias e, sobretudo, das mulheres, transformações essas que se enquadram nos processos estruturais de mudança profunda de que tem sido palco a sociedade portuguesa, delineando um compasso rápido de modernização da vida familiar. Algumas das evoluções verificadas ao longo dos anos mais recentes são, sem dúvida, espectaculares. Tomando como referência a última década do século XX, verificamos, no âmbito dos comportamentos conjugais, o aumento da coabitação (que duplicou entre 1991 e 2001, passando neste último ano a abranger 6,9% dos núcleos de casal) e o decréscimo da nupcialidade (que passou de 7,3 em 1991 para 5,7 em 2001), bem como o aumento da taxa de divórcio (indicador que quase duplicou, passando de 1,0 em 1991 para

1,8 em 2001) e das recomposições familiares (que constituíram já 11,8% do total de casamentos realizados em 2001). Em matéria de fecundidade e parentalidade sobressai o aumento dos nascimentos fora do casamento (que passaram de 15,6% em 1991 para 23,8% em 2001), o aumento da idade média ao nascimento do primeiro filho (que passou de 24,3 para 26,1 no caso das mulheres e de 26,2 para 27,7 no caso dos homens) ou ainda a diminuição do número de filhos por mulher (o índice sintético de fecundidade passou de 1,6 em 1991 para 1,5 em 2001). A par destas mudanças nos comportamentos demográficos, que atestam a proliferação de novas formas de organizar a vida conjugal familiar, é ainda de relevar o aumento da taxa de actividade feminina, que passou de 53% em 1991 para 65% em 2001¹. Além disso, também no plano das representações sociais, vários estudos têm sido produzidos na área da família (Costa, 1992; Almeida e Guerreiro, 1993; Torres, 1996; Vasconcelos, 1998; Almeida, 2003), constatando-se globalmente uma tendência ideal modernista em que ganham relevo orientações normativas legitimadoras da igualdade de género, do primado da afectividade, da democraticidade da vida familiar e da realização pessoal.

Resta-nos saber qual o impacto destas sucessivas transformações sobre os valores que orientam de perto a vida conjugal e familiar. Por outras palavras, em que medida as mudanças sociais operadas no contexto português produzem ou não, do ponto de vista normativo, também uma modernização marcada da conjugalidade que a afaste dos tradicionais valores do casamento instituição e a torne permeável ao acento no bem-estar e na privacidade, na igualdade, na reflexividade e na comunicação, tendências apontadas por alguns autores (Roussel, 1989; Singly, 1993 e 1996; Beck e Beck-Gernsheim, 2002; Giddens, 1996), enquanto características das sociedades ocidentais nas últimas décadas. Queremos ainda saber, enfim, se se caminhou para uma relativa uniformização da vida conjugal, centrada em valores de companheirismo, ou antes para um cenário caracterizado pela coexistência de uma pluralidade de modelos normativos de conjugalidade e de família.

A análise das orientações normativas das mulheres constitui, para nós uma das portas de entrada no lado de dentro da vida conjugal, permitindo-nos olhar para o casal e a família enquanto lugares de construção *nómica*, ou seja, de construção de projectos e normas que dão sentido às trajetórias conjugais e familiares (Kellerhals e Troutot, 1987, p. 91), fazendo a ponte

¹ Para um resumo das principais transformações da vida familiar, v. Almeida e Wall (1995) e Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres e Wall (1998); v. ainda Canço (1996), Roussel (1992), Almeida *et al.* (1995), Torres (1996), Leite (2003), Ferreira (2003), Aboim (2003), Vasconcelos (2003), Wall (2003) e Guerreiro (2003).

com os valores dominantes num dado contexto histórico. Esta ideia de construção *nómica* surgida do trabalho pioneiro de Berger e Kellner (1975 [1962]), autores que afirmam a necessidade de se analisarem os processos *nómicos* de construção de sentido e de identidades na conjugalidade, aparece então aqui colocada à prova empírica.

Nesta óptica, a diversidade dos modelos conjugais e familiares pode ser explicada pelos modos como os grupos ou os indivíduos interpretam as normas sociais produzidas num determinado contexto histórico, fabricando, na relação de interacção privilegiada que é a conjugalidade, sentido para si próprios e para o mundo que os rodeia. Surgem assim, nesta linha teórica, os modelos ideal-típicos de família, através dos quais se procura fazer a ponte entre as grandes transformações sócio-culturais e os comportamentos familiares. Acentua-se o carácter historicamente situado da vida familiar e a importância dos valores na sua estruturação e organização, tal como apontaram os historiadores das mentalidades (Ariès, 1973; Shorter, 1995). Aliás, esta perspectiva de análise procede de toda a teorização sobre a privatização da vida familiar, focalizando, enquanto temas centrais, a questão dos sentimentos, o papel da instituição matrimonial, as finalidades da família ou mesmo a própria centralidade das relações conjugais e parentais para os indivíduos.

A ideia de uma orientação da vida conjugal e familiar para determinados valores surge também, no âmbito da sociologia da família, no quadro de uma preocupação com a pluralidade dos modos de organização da vida privada. Em suma, ao direccionar-se o olhar para o lado de dentro da vida familiar, quer-se saber como se produz a união, como funciona o casal/família, que valores e objectivos orientam o grupo. Ao procurarem perceber este último aspecto, ou seja, quais os processos de construção *nómica* operados na família, os autores sublinham a distinção entre orientação instrumental (o grupo visa a sobrevivência e a integração social dos seus membros) e orientação expressiva (o grupo está, acima de tudo, centrado na satisfação afectiva e relacional dos seus membros), ou ainda uma distinção respeitante ao laço familiar privilegiado (mais centrado nas crianças, no casal ou no grupo doméstico) (Kellerhals, 1987; Kellerhals e Troutot, 1987).

De uma forma ou de outra, tanto historiadores como sociólogos da família partilharam uma preocupação comum: a de perceberem as normas fundamentais da «família moderna», bem como a sua diversidade. A recorrente utilização dos pares tradicional/moderno, instrumental/expressivo, instituição/companheirismo, para «classificar» a diversidade familiar, em contexto de mudança histórica, num número alargado de propostas teórico-empíricas é, afinal, o próprio reflexo dessa preocupação. Lembre-se que Michel (1977) propunha, a partir da divisão do trabalho, a distinção

entre *famílias tradicionais*, fortemente estruturadas por papéis de género muito diferenciados, e *famílias modernas*, mais igualitárias, que também já Burgess, Locke e Thomes (1960 [1945]) haviam proposto a distinção ideal-típica entre «instituição» e «companheirismo», ou que Roussel (1980 e 1991), procurando ultrapassar o carácter excessivamente dicotómico dos modelos que acabámos de nomear, alarga o leque de modelos normativos de família, aumentando o seu número para quatro: do lado mais tradicionalista estariam as «famílias instituição» e as «famílias aliança»; do lado mais modernista encontrar-se-iam já as «famílias fusão» e as «famílias associação» ou «clube»². Nesta perspectiva, a prioridade analítica é dada ao sentido atribuído pelos actores sociais às suas relações conjugais e familiares, sendo sobretudo em face das finalidades (mais expressivas ou mais instrumentais), do laço familiar privilegiado (mais individualista, conjugalista ou familiarista) ou ainda da perenidade atribuída ao casamento que se podem fazer emergir as diferenças entre os vários estilos de vida conjugal e familiar.

Partindo também da ideia de que o sentido que os actores sociais atribuem à sua vida familiar contribui para a sua produção, procurámos investigar os diferentes modelos de conjugalidade que predominam, em termos normativos, na sociedade portuguesa: se modelos mais «institucionais», assentes em valores tradicionais (as finalidades instrumentais, o respeito pela instituição, a indissolubilidade do casamento, a divisão desigual das competências e dos papéis de género), se modelos mais «companheiristas», vinculados a uma maior igualdade relativa, à aceitação do divórcio, a uma visão da conjugalidade como relação privilegiada. Face a este objectivo, a nossa indagação, aproveitando o formato longitudinal do *Inquérito às Famílias no Portugal Contemporâneo*, visou dois momentos diferentes da vida familiar: o início da vida conjugal e o momento actual. No primeiro momento, as mulheres da amostra inquirida identificaram retrospectivamente quais as finalidades fundamentais associadas ao início da conjugalidade, permitindo-nos aferir várias dimensões valorativas diferenciadas. Referimo-nos a:

- 1) Valores *instrumentais* da vida em comum, mais centrados no doméstico (por exemplo, *querer ter um lar e uma casa a seu gosto*),

² Note-se que as «famílias instituição» são caracterizadas por finalidades de sobrevivência e de subordinação total à instituição matrimonial, as «famílias aliança», ainda fortemente institucionalizadas, são já caracterizadas pelo amor romântico como princípio da união, as «famílias fusão», onde sobressai igualmente o amor romântico, situam-se no quadro de uma recusa da instituição tradicional e da desigualdade entre os cônjuges e, finalmente, as «famílias associação» (mais recentemente intituladas «famílias clube») simbolizam o triunfo do individualismo sobre o nós-conjugal.

- na mobilidade económica (*querer alcançar um bom nível financeiro e progredir na vida*), no apoio (*não ficar sozinha em caso de necessidade*) ou na sobrevivência (*enfrentar melhor as dificuldades económicas da vida*);
- 2) Valores de *cooperação ou reciprocidade*, centrados na vida profissional (*partilhar projectos de vida profissional*), na partilha de gostos ou ideias (*partilhar gostos e ideias semelhantes*) ou ainda na comunicação (*querer ter alguém com quem pudesse dialogar e que a compreendesse*);
- 3) Valores *afectivos*, centrados na segurança afectiva (*querer ter uma pessoa ao seu lado para sempre*), na intensidade do sentimento (*querer viver um amor intenso*) ou na sexualidade (*ter uma vida sexual gratificante*);
- 4) Aspectos *reprodutivos* (*ter filhos*);
- 5) Aspectos de *pressão social* a nível familiar (*sentir que a família de origem ficava contente*) ou em termos de «imitação social» de um comportamento considerado normativamente positivo (*querer fazer como as outras mulheres porque chega uma altura em que é natural casar*);
- 6) Aspectos *estatutários* (*querer ter uma pessoa e um lugar que a fizessem sentir alguém*);
- 7) Ou ainda aspectos relacionados com a função de *papel* (*querer cuidar de uma casa e de uma família*).

Por seu lado, os valores fundamentais da vida conjugal foram questionados no momento actual através de quatro indicadores-chave:

- 1) O *tipo de sentimento* mais valorizado pelas mulheres (respeito pela instituição ou acento na dinâmica sentimental da relação, centrada no companheirismo ou no amor-paixão). Através desta questão, igualmente fundamental na perspectiva de Roussel (1991), identificamos a natureza do laço de solidariedade do casal (a instituição ou a relação);
- 2) A *posição face ao divórcio*, indicador clássico de medição do pendó institucional da relação conjugal;
- 3) As *normas de divisão do trabalho doméstico e profissional*, indicadores que permitem aferir qual a igualdade³ desejada pelas mulhe-

³ Concebemos aqui a noção de igualdade enquanto equivalência total de papéis, ou seja, ao homem e à mulher caberiam as mesmas tarefas, tanto na esfera doméstica como na esfera profissional. Com esta nota esclarecemos a nossa opção quanto à definição do conceito de igualdade, pois este pode assumir duas vertentes: a igualdade por equivalência

res face aos cônjuges, correspondendo, por conseguinte, a desigualdade a uma orientação mais institucional da conjugalidade e a igualdade a uma visão mais companheirista;

- 4) Finalmente, a *norma de comunicação conjugal*. Entrar no domínio da comunicação conjugal permite-nos aferir se a tónica é colocada na intensidade comunicacional com o parceiro, ou antes se o diálogo é menos importante. A comunicação constitui igualmente um indicador do maior ou menor pendor institucional da conjugalidade, uma vez que o acento na intensidade do diálogo conjugal é característico de formas de conjugalidade mais companheiristas, transportando para esta a reflexividade que a modernização tende a implantar.

Em suma, o eixo de análise que nos norteia funda-se genericamente no leque de variações normativas possíveis entre um pólo muito institucionalista de relação conjugal, de um lado, e um pólo muito companheirista, no outro extremo do eixo. A nossa questão central é então perceber, por um lado, em que medida se assiste, na sociedade portuguesa, a um processo de modernização da conjugalidade e da família operante no plano normativo e, por outro, saber se se tende para um modelo único e dominante de orientação, ou antes para a coexistência de uma pluralidade de modelos de casal e de família.

A orientação inicial da conjugalidade

A análise das respostas às várias perguntas efectuadas sobre o tema «o que é que era importante nos primeiros tempos do casamento/união» (quadro n.º 4.1) revela, num primeiro olhar, que alguns tópicos reúnem um grande consenso, apontando para a ideia de que as mulheres associam várias finalidades à entrada na vida conjugal.

(ideia que utilizamos) e a igualdade por complementaridade de papéis entre os membros do casal. Neste último caso, os actores sociais podem entender uma situação de complementaridade de papéis (por exemplo, a mulher encarregue das tarefas domésticas e o homem do trabalho profissional) como uma situação de igualdade, na medida em que é justa. Sobre o carácter polissémico da noção de igualdade, v., por exemplo, P. Roux (1999), pp. 18-19.

As finalidades da união conjugal: percentagem de respostas afirmativas
(n = 1776)

[QUADRO N.º 4.1]

Nos primeiros tempos do seu casamento/união era muito importante...		
Dimensão instrumental:		
Doméstica.....	Ter um lar e uma casa a seu gosto.....	96,6
Mobilidade.....	Alcançar um bom nível financeiro.....	91,8
Sobrevivência.....	Enfrentar as dificuldades económicas da vida.....	81,6
Apoio.....	Ter uma pessoa para não ficar só em caso de necessidade.....	70,9
Dimensão cooperação/reciprocidade:		
Profissional.....	Partilhar projectos profissionais.....	83,8
Gostos.....	Partilhar gostos e ideias semelhantes.....	94,6
Comunicação.....	Ter diálogo e compreensão.....	97,3
Dimensão afectiva:		
Sentimento.....	Viver um amor intenso.....	94,9
Segurança.....	Ter segurança afectiva.....	94,1
Sexualidade.....	Ter uma vida sexual gratificante.....	94,0
Dimensão reprodutiva.....	Ter filhos.....	93,5
Dimensão de pressão social:		
Familiar.....	Sentir que a família de origem ficava contente.....	73,3
Imitação.....	Fazer como as outras mulheres.....	49,8
Dimensão de independência.....	Independência face à família.....	76,4
Dimensão estatutária.....	Ter uma pessoa e um lugar para se sentir alguém.....	84,4
Dimensão de papel.....	Tomar conta de uma família.....	90,1

Uma leitura por dimensões de resposta permite-nos constatar o primado do afectivo (sempre com pelo menos 94% de respostas afirmativas), acento que, contudo, não surge isolado. Em segundo lugar aparece a dimensão reprodutiva, a dar conta da forte ligação entre o projecto a dois e o projecto familiar – casar ou viver com o cônjuge implica, para as mulheres inquiridas, ter filhos, ou seja, formar uma família de procriação⁴. A dimensão de cooperação reúne igualmente um número muito elevado de respostas, enunciando a importância da partilha na relação conjugal, desde logo ligada a lógicas típicas do companheirismo, modelo fundado precisamente sobre dinâmicas de reciprocidade. A função de papel aparece logo de seguida, com 90,1% de respostas afirmativas, demonstrando a

⁴ É de notar que o facto de todas as mulheres inquiridas serem mães actualmente poderá reflectir-se na importância assumida pelo projecto parental a nível das finalidades iniciais da união. Resultados de outros inquéritos permitem-nos colocar esta hipótese. Por exemplo, os resultados do inquérito «Europeans and the Family» (*Eurobarómetro*, 1993, p. 79) indicam que os indivíduos com filhos tendem a salientar mais a importância de ter filhos do que os indivíduos sem filhos.

importância de um valor mais institucionalista (ou tradicionalista, se quisermos) nos quadros normativos femininos – afinal, entrar na conjugalidade significa ainda entrar no desempenho de um papel específico e codificado à partida, ou seja, tomar conta de uma família.

Também com elevado número de respostas afirmativas, a dimensão instrumental apresenta uma cisão relativa entre as finalidades doméstica (*ter um lar e uma casa a seu gosto*) e de mobilidade económica (*alcançar um bom nível financeiro*), por um lado, e as finalidades de sobrevivência (*enfrentar as dificuldades económicas da vida*) e de apoio em caso de necessidade (*ter uma pessoa para não ficar só em caso de necessidade, doença, velhice...*), por outro. Os primeiros aspectos revelam a importância do projecto económico como cimento do projecto conjugal, permitindo identificar, na construção de um «nós-conjugal», a importância central dos recursos materiais (a casa, o dinheiro). O acento sobre a sobrevivência e o apoio é um pouco menor, facto que pode, como veremos na secção seguinte, estar ligado a matrizes de classe, enquanto resposta à desigual distribuição dos capitais económicos.

No que respeita às finalidades instrumentais da conjugalidade, é de ressaltar a sua forte associação a alguns valores instrumentais, o que nos permite identificar, para usar a distinção entre valores materialistas e pós-materialistas (Inglehart, 1977 e 1997⁵), um quadro social bastante direccionado para a produção da vida material, mesmo quando se entra em linha de conta com a afectividade desejada na relação conjugal.

As dimensões estatutária, de independência e de pressão social reúnem um consenso decrescente acerca da sua importância aquando da entrada na vida em casal. A aquisição de um estatuto (*ter um lugar para se sentir alguém*) agrega ainda 84,4% das respostas, identificando na conjugalidade uma fonte de aquisição de identidade socialmente valorizada pelas mulheres, identidade adquirida a partir de um lugar e de um papel específicos. Os aspectos de independência face à família de origem e, sobretudo, a pressão social sentida constituem as finalidades menos «hegemónicas». Casar para «fazer como as outras mulheres» era importante para menos de metade das mulheres, o que denota um menor peso relativo da pressão sentida para a conformidade a um comportamento socialmente esperado:

⁵ Em termos genéricos, a proposta de R. Inglehart aponta para a existência de uma transformação gradual dos valores nas sociedades industriais avançadas, transformação essa interpretada através de um eixo de análise com dois pólos opostos: o materialismo e o pós-materialismo. No primeiro caso são predominantes os valores da sobrevivência económica, da ordem; no segundo caso, existe uma orientação para a expressividade, a individualidade. Uma dada sociedade poderá situar-se, obviamente, em posições intermédias face aos pólos ideais do materialismo e do pós-materialismo.

ser uma mulher casada ou a viver em casal. A opção de entrar na conjugalidade afirma-se assim, do ponto de vista dos valores veiculados no feminino, como um assunto do foro privado, menos submetido ao controlo do «outro generalizado».

Ora esta primeira leitura dos dados permite-nos desde já delinear algumas tendências. Se verificamos um número muito elevado de respostas afirmativas relativamente aos aspectos expressivos, é também certo que são múltiplas as finalidades hoje associadas à entrada na vida conjugal. A importância de certas finalidades instrumentais (*ter um lar ou alcançar um bom nível financeiro*), bem como das finalidades de papel (*tomar conta de uma família*) e de estatuto (*sentir-se alguém*), leva-nos a supor a existência de alguma cumplicidade entre o «institucionalista» (aspectos instrumentais, estatutários, de papel, de pressão social) e o «companheirista» (a afectividade, a reciprocidade) nos valores subjacentes ao casamento ou à união conjugal.

Uma análise das variações produzidas consoante os contextos sociais e temporais de entrada na conjugalidade permitir-nos-á esclarecer mais minuciosamente em que medida nos encontramos perante «representações hegemónicas»⁶ sobre a conjugalidade ou podemos antes descortinar perfis diversos.

O efeito do contexto social

Olhando para quadro n.º 4.3, observam-se algumas variações.

Uma primeira constatação é a seguinte: as finalidades afectivas e de cooperação/reciprocidade conjugal são as que apresentam menores diferenciações face aos capitais escolares femininos. São, por assim dizer, transversais, tenham as mulheres apenas o ensino primário ou graus superiores de escolaridade. O mesmo não se passa a outras dimensões, em que o nível de escolaridade opera distinções visíveis entre a amostra de mulheres a viverem em casal. Quanto maiores os capitais escolares, menor o acento de finalidades instrumentais de sobrevivência, de pressão social, de independência, de estatuto ou de papel.

⁶ O conceito de representação social hegemónica, tal como formulado por Moscovici (com alguma proximidade à noção de representação colectiva de Durkheim), refere-se a um tipo de representação social com um grau muito elevado de cristalização social e permanência no tempo, podendo assim ser partilhado por um ou mais grupos sociais de forma uniforme e relativamente coerciva (v. Vala, 1993).

As finalidades segundo a escolaridade da mulher: percentagem de respostas afirmativas
(n = 1776)

[QUADRO N.º 4.2]

Nos primeiros tempos do seu casamento/união era muito importante...	Todas as mulheres	Sem escolaridade	Primário	Básico	Secundário	Curso médio, lic. incompleta	Licenciatura completa ou mais	χ^2 p < 0,000
Dimensão instrumental:								
Ter um lar e uma casa a seu gosto.....	96,6	100,0	98,7	96,5	96,5	90,1	86,0	0,18
Alcançar um bom nível financeiro.....	91,8	94,8	93,8	92,3	91,5	85,1	78,5	0,14
Enfrentar as dificuldades económicas da vida.....	81,6	98,7	93,5	83,7	67,3	57,4	35,5	0,40
Ter uma pessoa para não ficar só em caso de necessidade.....	70,9	92,2	84,1	71,0	51,5	63,4	69,9	0,35
Dimensão cooperação/reciprocidade:								
Partilhar projectos profissionais.....	83,8	84,2	86,1	84,5	81,4	81,2	68,8	0,11
Partilhar gostos e ideias semelhantes.....	94,6	92,2	94,9	95,1	94,5	91,0	94,6	-
Diálogo e compreensão.....	97,3	93,4	97,6	97,8	97,0	96,0	97,8	-
Dimensão afectiva:								
Amor intenso.....	94,9	93,5	97,3	95,1	89,4	94,0	89,2	0,12
Segurança afectiva.....	94,1	97,4	98,2	94,8	88,9	77,8	83,9	0,23
Vida sexual gratificante.....	94,0	89,6	94,5	94,7	93,5	89,1	95,7	-
Dimensão reprodutiva:								
Ter filhos.....	93,5	98,7	95,5	95,6	88,4	85,1	79,6	0,18
Dimensão de pressão social:								
Sentir que a família de origem ficava contente.....	73,3	82,9	84,0	75,8	59,3	39,6	34,4	0,32
Fazer como as outras mulheres.....	49,8	71,1	63,7	50,9	24,1	14,9	11,8	0,34
Dimensão de independência:								
Independência face à família.....	76,4	82,9	81,9	78,8	69,3	50,5	58,1	0,20
Dimensão estatutária:								
Ter uma pessoa e um lugar para se sentir alguém.....	84,4	93,5	92,9	85,4	71,9	61,0	57,0	0,29
Dimensão de papel:								
Tomar conta de uma família.....	90,1	96,1	96,2	91,8	81,9	69,3	67,7	0,28

* Coeficiente de contingência, medida associada do qui-quadrado, que varia entre 0 e 1.

Se observarmos as mulheres com uma licenciatura completa, vemos que as suas respostas se situam sempre abaixo da média populacional:

menos 46,1% no que toca a enfrentar as dificuldades económicas da vida, menos 38,9% a nível da pressão familiar sentida, menos 38,0% a nível da pressão social, menos 27,4% no que respeita à aquisição de um estatuto, menos 24,8% na conquista de independência face à família de origem, menos 22,4% na dimensão de papel. Também a finalidade reprodutiva (menos 13,9%) e a importância de ter uma casa a seu gosto (menos 10,6%) se encontram abaixo do padrão médio de respostas. Pelo contrário, observando as mulheres com o ensino primário, verificamos que estas respondem sempre acima da média. Mais 11,9% em termos de finalidade de sobrevivência económica, mais 13,2% no apoio em caso de necessidade, mais 13,9% no querer fazer como as outras mulheres, mais 10,7% no que toca à pressão familiar, mais 8,5% na dimensão estatutária, mais 6,1% no que se refere ao desempenho de um papel e mais 5,5% na dimensão de independência.

Esta comparação é suficientemente demonstrativa das diferenças operadas pela escolaridade, esbatendo a ideia de hegemonia para dar lugar às distinções sociais no plano dos valores. A análise das variações inerentes aos diferentes lugares de classe corrobora, aliás, estes resultados (quadro n.º 4.3).

As finalidades instrumentais de sobrevivência e de apoio em caso de necessidade, a independência, a aquisição de um estatuto, o desempenho de um papel social e, sobretudo, a pressão normativa sentida pelas mulheres para a conformidade social sustentam as diferenças de classe observadas. Se examinarmos em pormenor as variações inerentes a esta última dimensão (a que globalmente mais variações sofre), podemos constatar o seu decréscimo acentuado entre os empresários e dirigentes, as profissões intelectuais e científicas e também as profissões técnicas e de enquadramento intermédio, valores médios ou mesmo um pouco acima da média entre os empregados executantes e os sectores operários e uma sobre-representação mais nítida entre os camponeses e os assalariados agrícolas casados com operários industriais, sectores da população provavelmente sujeitos, em maior medida, à pressão e ao controlo social exercidos em meios mais pequenos.

Podemos, em resumo, dizer que, apesar da transversalidade de certos valores a todas as camadas sociais – a afectividade, a cooperação companheirista –, o pendor para a instituição (isto é, para valores instrumentais, estatutários e de conformidade social) é maior entre as mulheres pertencentes a meios populares e menos escolarizados, enquanto o pendor modernista (aqui configurado por um menor acentuar dos valores que corporificam a matriz normativa mais institucionalista) se intensifica entre quem detém maiores qualificações escolares e profissionais.

As finalidades segundo a classe social do casal: percentagem de respostas afirmativas
(n = 1729)

[QUADRO N.º 4.3]

Nos primeiros tempos do seu casamento/união era muito importante...	Todas as mulheres	ED	PIC	PT EI	IPP	C	EE	OI	EE + OI	AA + OI	cf p < 0,000
Dimensão instrumental:											
Ter um lar e uma casa a seu gosto.....	96,6	90,0	84,3	95,9	96,8	98,9	97,9	99,0	96,8	100,0	0,18
Alcançar um bom nível financeiro.....	91,8	72,5	83,1	88,2	93,8	98,9	95,0	91,8	93,1	92,2	0,16
Enfrentar as dificuldades económicas da vida.....	81,6	25,0	37,1	61,5	84,1	92,2	86,3	92,3	90,8	85,9	0,39
Ter uma pessoa para não ficar só em caso de necessidade.....	70,9	20,0	33,0	48,5	73,6	90,1	75,3	76,5	80,3	85,9	0,32
Dimensão cooperação/reciprocidade:											
Partilhar projectos profissionais.....	83,8	67,5	73,0	78,5	86,8	85,6	88,2	83,2	86,7	84,4	0,13
Partilhar gostos e ideias semelhantes.....	94,6	97,5	94,4	92,3	95,4	94,4	95,4	92,8	97,2	95,3	-
Diálogo e compreensão.....	97,3	97,5	95,5	96,9	96,8	100,0	98,3	96,9	98,4	98,4	-
Dimensão afectiva:											
Amor intenso.....	94,9	85,0	88,6	93,8	95,4	94,4	95,8	95,9	96,4	95,3	-
Segurança afectiva.....	94,1	82,5	82,8	87,2	94,9	96,7	96,2	96,6	95,6	96,9	0,18
Vida sexual gratificante.....	94,0	94,9	91,0	93,8	93,8	86,5	95,0	93,5	97,2	93,8	-
Dimensão reprodutiva:											
Ter filhos.....	93,5	80,0	83,0	87,2	93,5	93,4	94,2	96,4	97,2	98,4	0,17
Dimensão de pressão social:											
Sentir que a família de origem ficava contente.....	73,3	37,5	33,7	50,8	77,6	83,5	77,7	81,4	81,5	81,3	0,31
Fazer como as outras mulheres.....	49,8	10,0	14,6	20,0	56,1	67,8	49,8	58,3	55,6	68,8	0,31
Dimensão de independência:											
Independência face à família.....	76,4	40,0	49,4	69,2	80,8	77,8	80,0	80,2	81,9	73,4	0,22
Dimensão estatutária:											
Ter uma pessoa e um lugar para se sentir alguém.....	84,4	50,0	61,4	69,7	87,4	87,9	88,3	90,0	90,3	85,9	0,26
Dimensão de papel:											
Tomar conta de uma família.....	90,1	67,5	70,8	77,9	91,4	94,5	92,9	95,6	93,6	95,3	0,25

A condição perante o trabalho no início da vida conjugal

A condição das mulheres perante o trabalho no início da vida conjugal, embora menos discriminante do que a escolaridade ou a classe social,

permite-nos comparar eventuais diferenças entre ter uma profissão e ser doméstica, duas situações diversas do ponto de vista da autonomia e da igualdade da mulher face ao marido ou companheiro (quadro n.º 4.4).

As finalidades segundo a condição da mulher perante o trabalho no início da vida conjugal: percentagem de respostas afirmativas
(n = 1679)

[QUADRO N.º 4.4]

Nos primeiros tempos do seu casamento/união era muito importante...	Todas as mulheres	Empregada	Doméstica	Desempregada	Estudante*	cf p < 0,000
Dimensão instrumental:						
Ter um lar e uma casa a seu gosto...	96,6	96,7	96,8	97,4	90,2	-
Alcançar um bom nível financeiro...	91,8	91,7	91,0	96,1	90,2	-
Enfrentar as dificuldades económicas da vida.....	81,6	79,5	88,9	89,6	54,9	0,15
Ter uma pessoa para não ficar só em caso de necessidade.....	70,9	70,2	74,7	76,6	45,1	0,10
Dimensão cooperação/reciprocidade:						
Partilhar projectos profissionais.....	83,8	84,6	80,6	84,4	76,5	-
Partilhar gostos e ideias semelhantes.....	94,6	94,9	93,6	96,1	94,1	-
Diálogo e compreensão.....	97,3	97,6	96,8	100,0	94,1	-
Dimensão afectiva:						
Amor intenso.....	94,9	94,6	95,3	97,4	98,0	-
Segurança afectiva.....	94,1	93,3	96,5	97,3	90,2	-
Vida sexual gratificante.....	94,0	93,8	93,5	96,1	94,1	-
Dimensão reprodutiva:						
Ter filhos.....	93,5	93,5	95,0	94,8	80,4	0,10
Dimensão de pressão social:						
Sentir que a família de origem ficava contente.....	73,3	71,9	77,2	84,2	49,0	0,11
Fazer como as outras mulheres.....	49,8	47,0	58,7	59,7	15,7	0,15
Dimensão de independência:						
Independência face à família.....	76,4	74,7	79,2	88,2	74,5	-
Dimensão estatutária:						
Ter uma pessoa e um lugar para se sentir alguém.....	84,4	82,5	90,7	94,7	72,5	0,12
Dimensão de papel:						
Tomar conta de uma família.....	90,1	89,4	94,2	94,8	66,7	0,15

* O perfil contrastante de respostas das mulheres que no início da sua vida conjugal eram estudantes fica a dever-se às suas elevadas qualificações escolares. Actualmente, 39,2% destas mulheres têm uma licenciatura completa, 25,5% possuem um curso médio ou uma licenciatura incompleta e 21,6% têm o ensino secundário.

Ser doméstica implica colocar maior acento sobre a instrumentalidade de sobrevivência (*ter alguém para enfrentar as dificuldades económicas da vida*), a conformidade à pressão familiar e, sobretudo, social (*fazer como as outras mulheres*), a aquisição de independência face à família de origem ou a aquisição de um estatuto e de um papel social. As restantes finalidades não evidenciam, por outro lado, grandes diferenças entre as duas condições: ter uma profissão ou ser doméstica.

Ressaltam, assim, especialmente as finalidades que se prendem com a aquisição de uma mais-valia identitária através do casamento ou da união de facto – sentir-se alguém, desempenhar determinadas tarefas, corresponder às expectativas dos outros. Estar ausente do mundo profissional, um espaço alternativo ao universo doméstico, acentua este conjunto de finalidades, muito provavelmente porque, nestas mulheres, a realização pessoal efectuada através da conjugalidade e da família se assume como mais importante. Talvez também porque sejam as mulheres de meios populares a maioria das domésticas⁷, reaparecendo aqui o efeito de classe a operar distinções.

Tempos de entrada na vida a dois

Relativamente à entrada na vida a dois considerámos dois indicadores: o momento do curso de vida em que se começou, de facto, a viver com o cônjuge e o «tempo social» que serviu de cenário ao início da conjugalidade. Referimo-nos, concretamente, à idade da mulher quando começou a viver com o cônjuge (quadro n.º 4.5) e ao ano de entrada na conjugalidade (quadro n.º 4.6).

Começando por analisar a idade de entrada na conjugalidade, notamos, mais uma vez, que as finalidades afectivas e de cooperação/reciprocidade permanecem inalteradas, confirmando-se assim, repetidamente, a sua transversalidade. Em contraste, verifica-se que, à medida que a idade do casamento aumenta, diminui a importância dada pela mulher à pressão sentida para se casar a contento da família de origem, bem como a vontade de dela se tornar independente; diminui igualmente a pressão social para casar porque é natural e as outras mulheres também o fazem. Nesta óptica, o que se espera obter na relação conjugal não é o mesmo quando se casa antes dos 20 ou depois dos 25 anos. Muito provavelmente,

⁷ De facto, é de notar que quase metade (44,2%) das mulheres actualmente domésticas é casada com operários industriais, número que evidencia o perfil operário deste segmento da população feminina.

As finalidades segundo a idade da mulher no momento de entrada na conjugalidade: percentagem de respostas afirmativas (n = 1776)

[QUADRO N.º 4.5]

Nos primeiros tempos do seu casamento/união era muito importante...	Todas as mulheres	Até 19 anos	20-24 anos	25-29 anos	30 e mais anos	cf p < 0,000
Dimensão instrumental:						
Ter um lar e uma casa a seu gosto	96,6	98,0	96,6	95,2	94,7	–
Alcançar um bom nível financeiro	91,8	94,8	91,1	91,2	86,3	–
Enfrentar as dificuldades económicas da vida.....	81,6	87,6	81,7	72,4	81,1	0,12
Ter uma pessoa para não ficar só em caso de necessidade.....	70,9	76,0	69,7	64,7	77,9	–
Dimensão cooperação/reciprocidade:						
Partilhar projectos profissionais....	83,8	84,8	84,0	82,5	80,0	–
Partilhar gostos e ideias semelhantes.....	94,6	95,0	94,8	93,2	94,7	–
Diálogo e compreensão.....	97,3	96,2	97,6	98,0	96,8	–
Dimensão afectiva:						
Amor intenso.....	94,9	96,2	95,3	92,5	92,6	–
Segurança afectiva.....	94,1	95,9	94,3	90,8	93,7	–
Vida sexual gratificante.....	94,0	93,2	94,5	94,2	92,6	–
Dimensão reprodutiva:						
Ter filhos.....	93,5	94,6	93,2	94,9	86,3*	–
Dimensão de pressão normativa:						
Sentir que a família de origem ficava contente.....	73,3	79,6	73,8	64,2	67,0	0,11
Fazer como as outras mulheres.....	49,8	57,0	50,7	39,8	37,9	0,12
Dimensão de independência:						
Independência face à família.....	76,4	83,9	76,3	70,4	61,7	0,13
Dimensão estatutária:						
Ter uma pessoa e um lugar para sentir-se alguém.....	84,4	90,7	84,0	77,6	80,0	0,12
Dimensão de papel:						
Tomar conta de uma família.....	90,1	92,8	90,7	84,3	89,5	–

* A diminuição da importância do projecto procriativo entre as mulheres que entraram na vida conjugal com 30 ou mais anos deve ser relativizada, pois esta percentagem é, na realidade, explicada pelo facto de algumas destas mulheres (23,2%) já terem filhos de relações ou uniões anteriores. Pelo contrário, as mulheres sem filhos que entram na conjugalidade com 30 ou mais anos apontam o «ter filhos» como finalidade fundamental da união em 100% dos casos, o que denota, inclusivamente, um acréscimo de importância do projecto procriativo.

ter mais idade quando se entra na vida a dois significa também ter já adquirido uma maior dose de autonomia individual (houve mais tempo para consolidar inserções profissionais, por exemplo), o que permite à mulher

acentuar menos alguns dos aspectos mais institucionalistas do casamento – nomeadamente a aquisição de uma identidade em função de um novo estatuto e de um novo papel a cumprir (o de esposa e mãe) ou a conformi-

As finalidades segundo o ano de entrada na conjugalidade: percentagem de respostas afirmativas
(n = 1776)

[QUADRO N.º 4.6]

Nos primeiros tempos do seu casamento/união era muito importante...	Todas as mulheres	Até 1974	1975-1979	1980-1984	1985-1989	1990 e mais	cf p < 0,000
Dimensão instrumental:							
Ter um lar e uma casa a seu gosto.....	96,6	96,5	98,4	95,9	97,0	93,9	-
Alcançar um bom nível financeiro.....	91,8	91,5	92,6	93,3	90,7	88,4	-
Enfrentar as dificuldades económicas da vida.....	81,6	88,7	83,1	79,1	81,9	79,6	-
Ter uma pessoa para não ficar só em caso de necessidade.....	70,9	75,4	74,5	67,8	70,4	70,7	-
Dimensão cooperação/reciprocidade:							
Partilhar projectos profissionais.....	83,8	84,5	84,4	83,5	83,6	83,4	-
Partilhar gostos e ideias semelhantes.....	94,6	92,3	95,2	94,9	94,5	94,5	-
Diálogo e compreensão.....	97,3	93,7	97,6	97,9	97,6	97,2	-
Dimensão afectiva:							
Amor intenso.....	94,9	94,4	96,8	93,6	95,7	93,4	-
Segurança afectiva.....	94,1	93,7	94,7	93,9	95,1	90,6	-
Vida sexual gratificante.....	94,0	91,5	93,8	95,0	93,7	93,9	-
Dimensão reprodutiva:							
Ter filhos.....	93,5	91,5	95,3	93,1	95,7	86,2*	-
Dimensão de pressão social:							
Sentir que a família de origem ficava contente.....	73,3	79,6	78,1	71,1	71,3	70,4	0,08
Fazer como as outras mulheres.....	49,8	57,7	55,4	50,7	46,2	38,9	0,11
Dimensão de independência:							
Independência face à família.....	76,4	79,6	79,3	77,5	74,6	70,0	-
Dimensão estatutária:							
Ter uma pessoa e um lugar para se sentir alguém.....	84,4	88,0	87,1	84,4	82,6	80,7	-
Dimensão de papel:							
Tomar conta de uma família.....	90,1	88,0	93,1	88,7	90,2	89,4	-

* Esta percentagem é novamente afectada pelo facto de a partir de 1990 aumentar significativamente o número de famílias recompostas (22,7%), em que as mulheres já têm filhos anteriores à união actual.

dade a um comportamento desejável e socialmente valorizado pelos próprios familiares ou pelos outros em geral⁸.

⁸ É de notar que a idade média do casamento/união é mais elevada entre as mulheres com maior escolaridade, aproximando-se dos 25 anos entre as que têm uma licenciatura

A seu turno, o «tempo social» de formação do casal não parece ter grandes efeitos no que respeita às finalidades referidas hoje pelas mulheres como tendo sido muito importantes no início das suas vidas de casal. Ter um lar, alcançar um bom nível financeiro ou tomar conta de uma família são valores que continuaram a fazer parte da semântica ideológica das mulheres que casaram mais recentemente. De facto, o único aspecto que apresenta sensíveis alterações consoante o ano de entrada na conjugalidade é a pressão familiar e social sentida para o casamento. As mulheres que entraram mais recentemente na vida conjugal vincam menos frequentemente a importância subjectiva de casarem para *fazerem como as outras mulheres* ou como meio de agradarem à família de origem, diminuindo, por outro lado, os ganhos de independência face a esta última ou ainda a importância da conjugalidade como fonte de estatuto.

Parece delinear-se, assim, uma certa viragem nos valores fundadores da conjugalidade em direcção a uma visão mais «privatizada» da união conjugal e, logo, menos condicionada por factores «externos» (a opinião dos outros, a necessidade, o estatuto). As restantes finalidades – tanto as instrumentais e as de papel como as afectivas e as de cooperação/reciprocidade – são pouco alteradas pelo ano de entrada na conjugalidade, não fazendo muita diferença ter casado antes do 25 de Abril ou já nos anos 90. A mudança trouxe sobretudo um acréscimo de privatização dos comportamentos, e não o desaparecimento de todos os aspectos mais institucionalistas do casamento.

Um indicador de síntese: o grau de «institucionalidade»

Apesar de o início da vida conjugal surgir, no discurso feminino, associado a inúmeras finalidades, algumas diferenças acabam por transparecer. A análise que apresentamos seguidamente esclarece-nos melhor acerca das variações estatisticamente significativas nas finalidades da conjugalidade, pois permite-nos «isolar» o conjunto de itens que mais contribuem para estabelecer um padrão de diversidade nas respostas femininas (quadro n.º 4.7).

completa. Note-se, aliás, que 38,1% das mulheres que entraram na conjugalidade com 25 e mais anos têm pelo menos o ensino secundário, percentagem bastante sobre-representada face aos 22,1% do total da amostra. Daí haver alguma sobreposição entre a idade de entrada na conjugalidade e o nível de escolaridade, associação que deve ser tida em conta ao analisarem-se os resultados.

Dimensões explicativas da diversidade de resposta*

[QUADRO N.º 4.7]

	Dimensão 1	Dimensão 2	Dimensão 3
<i>Eigenvalue</i>	0,2693	0,0841	0,0716
Dimensão instrumental:			
Ter um lar e uma casa a seu gosto.....	0,101	0,011	0,277
Alcançar um bom nível financeiro.....	0,166	0,063	0,215
Enfrentar as dificuldades económicas da vida.....	0,434	0,073	0,006
Ter uma pessoa para não ficar só.....	0,398	0,095	0,010
Dimensão cooperação/reciprocidade:			
Partilhar projectos profissionais.....	0,339	0,024	0,086
Partilhar gostos e ideias semelhantes.....	0,124	0,246	0,046
Diálogo e compreensão.....	0,139	0,219	0,013
Dimensão afectiva:			
Amor intenso.....	0,188	0,182	0,048
Segurança afectiva.....	0,374	0,016	0,161
Vida sexual gratificante.....	0,156	0,257	0,059
Dimensão reprodutiva:			
Ter filhos.....	0,164	0,006	0,090
Dimensão de pressão normativa:			
Sentir que a família de origem ficava contente.....	0,463	0,059	0,002
Fazer como as outras mulheres.....	0,323	0,091	0,013
Dimensão de independência:			
Independência face à família.....	0,341	0,002	0,031
Dimensão estatutária:			
Ter uma pessoa e um lugar para se sentir alguém.....	0,452	0,003	0,084
Dimensão de papel:			
Tomar conta de uma família.....	0,346	0,000	0,004

* Os *scores* de cada variável analisada são considerados significativos a partir de 0,30.

Os resultados da análise de correspondências múltiplas⁹ que efectuámos revelam a existência de apenas uma dimensão significativa em função da qual se produzem as variações observadas nas respostas femininas. Com efeito, somente a dimensão 1, a que podemos chamar «institucionalista», apresenta *scores* estatisticamente significativos (v. valores a negro), a agregar as finalidades de *sobrevivência económica* e de *apoio*, a *cooperação a nível profissional*, a *segurança afectiva*, a *pressão social* e as finalidades de *independência*, de *papel* e de aquisição de *estatuto*. Pelo

⁹ Efectuámos uma análise de correspondências múltiplas de tipo HOMALS, dado tratar-se de variáveis nominais. A análise de correspondências múltiplas é um método exploratório que identifica eventuais estruturas de relação entre variáveis. Ao permitir identificar eixos factoriais que tornam possível combinar as variáveis iniciais em dimensões empíricas, possibilita uma visão mais agregada dos dados.

contrário, as dimensões 2 e 3 não contribuem para explicar a diversidade de respostas femininas, dado o carácter hegemónico de certas finalidades.

De facto, os campos da *afectividade* (o amor e a vida sexual), da *reciprocidade expressiva* (a partilha de gostos, ideias e de diálogo), da *reprodução* ou da *instrumentalidade doméstica* e de *mobilidade* formam uma matriz comum, genericamente configuradora das orientações conjugais femininas. O maior ou menor institucionalismo é que pode estar presente, em graus de intensidade variada, nessa matriz comum. Os valores que preenchem de sentido o cenário inicial da relação conjugal modernizam-se pelo enfraquecimento da figura do «casamento instituição», e não pela ausência de certas formas de instrumentalidade a favor de um mundo exclusivamente centrado nos afectos. Afinal, querer ter uma casa ou querer progredir economicamente na vida são motivações que a quase globalidade das mulheres inquiridas aponta como «muito importantes» para se ter iniciado uma vida a dois.

O maior ou menor número de respostas afirmativas aos nove tópicos constituintes da dimensão 1 constitui, assim, um eixo onde se estruturam as diferenças nas orientações iniciais da vida conjugal. Quanto mais elevado o número médio de tópicos assinalados, maior o pendor «institucionalista» inerente à entrada na relação conjugal, e vice-versa.

Se considerarmos o «grau de institucionalidade» (ou seja, o número médio de respostas «institucionais»), verificamos, sobre as finalidades iniciais da união, o impacto não só dos contextos sociais (nomeadamente os capitais académicos, a posição religiosa do casal) e do tempo de entrada na conjugalidade, mas igualmente de variáveis como a trajectória profissional da mulher, a trajectória doméstica do casal (que pode ter vivido sempre num grupo doméstico simples ou em conjunto com outras pessoas, sempre ou em algumas fases da vida), o tipo de laço conjugal (formal ou coabitante) com que se iniciou e se foi construindo a união ou os principais domínios de gratificação apontados pelas mulheres inquiridas¹⁰ (quadro n.º 4.8).

Notamos, assim, que o «grau de institucionalidade» das finalidades iniciais da união aumenta entre as mulheres menos escolarizadas, as que entraram na conjugalidade na década de 70, as que nunca trabalharam profissionalmente, as que vivem em agregados domésticos complexos desde o início da actual união, as que realizaram um casamento católico (ou então vivem em união de facto, numa primeira conjugalidade), as que são católicas praticantes e casadas com um homem igualmente católico

¹⁰ Sobre os principais domínios de gratificação das mulheres, v. capítulo 1.

Variações do grau de institucionalidade segundo
algumas variáveis independentes

[QUADRO N.º 4 8]

Todas as mulheres (n = 1776).....		7,42
Nível de escolaridade da mulher $F(5,1770) = 86,71; p < 0,000;$ $Eta^2 = 0,20$	Sem escolaridade.....	8,07
	Ensino primário.....	8,04
	Ensino preparatório/básico.....	7,51
	Ensino secundário.....	6,51
	Bacharelato, licenciatura incompleta.....	5,64
	Licenciatura completa ou grau superior.....	5,39
Ano de entrada na conjugalidade $F(4,1773) = 4,48; p < 0,01;$ $Eta^2 = 0,01$	Até 1974.....	7,63
	1975-1979.....	7,60
	1980-1984.....	7,39
	1985-1989.....	7,34
	1990 e mais.....	7,20
Religião dos dois membros do casal $F(4,1722) = 10,79; p < 0,000;$ $Eta^2 = 0,03$	Sem religião.....	6,70
	Católicos praticantes.....	7,68
	Católicos não praticantes.....	7,33
	Católicos não praticantes e praticantes.....	7,48
	Católicos não praticantes e sem religião.....	6,28
Trajectória profissional da mulher $F(2,1768) = 4,53; p < 0,01;$ $Eta^2 = 0,01$	Sempre com trabalho profissional.....	7,29
	Trabalho profissional em um ou dois momentos.....	7,54
	Sempre sem trabalho profissional.....	7,59
Trajectória doméstica $F(3,1772) = 4,54; p < 0,005;$ $Eta^2 = 0,01$	Sempre simples.....	7,33
	Sempre complexa.....	7,68
	Complexa em um ou dois momentos.....	7,59
Percurso de formalização conjugal $F(4,1771) = 5,34; p < 0,000;$ $Eta^2 = 0,02$	União de facto.....	7,29
	Coabitação transitória.....	6,91
	Coabitação e casamento civil.....	6,75
	Coabitação e casamento religioso.....	7,19
	Casamento formal.....	7,52
	Casamento civil.....	7,28
Tipo de coabitação $F(4,272) = 5,65; p < 0,001;$ $Eta^2 = 0,02$	Casamento religioso.....	7,52
	Pré-casamento.....	6,87
	Experimentação.....	6,63
	Entrada na parentalidade.....	7,38
	União de facto primeira conjugalidade.....	7,71
	União de facto (recasamento).....	7,14
Domínios de gratificação da mulher $F(5,1222) = 22,70; p < 0,000;$ $Eta^2 = 0,09$	Tarefas domésticas, relação com parentes e relação com filhos.....	8,06
	Tarefas domésticas, relação com filhos e vida conjugal.....	7,96
	Relação com parentes, relação com filhos e vida conjugal.....	7,63
	Convívios, relação com filhos e vida conjugal.....	7,06
	Profissão/estudos, relação com filhos e vida conjugal.....	6,60

praticante e as que escolheram as tarefas domésticas enquanto domínio de gratificação pessoal. Pelo contrário, o número médio de respostas «institucionalistas» diminui quando a mulher tem escolaridade secundária ou superior, não tem religião e o cônjuge também não, sempre trabalhou profissionalmente, entrou na vida conjugal a partir dos anos 80, fez um casamento civil precedido de um período prévio de coabitação em que não nasceram filhos, sempre viveu num agregado doméstico simples e refere a vida profissional ou a esfera dos convívios e lazeres enquanto áreas de gratificação.

A orientação conjugal no momento actual

A orientação actual da vida conjugal e familiar, tal como no início da vida em casal, desdobra-se numa série de indicadores que nos abrem as portas para as normas que as mulheres procuram pôr em prática no seu dia a dia. Procura-se respeitar o casamento como instituição ou valoriza-se a relação com o companheiro? Dá-se relevo ao carácter perene do casamento ou aprova-se a dinâmica de uma relação eventualmente dissolúvel? Tem-se como norma a igualdade entre os géneros ou uma divisão tradicional do trabalho? Procura-se comunicar sempre intensamente com o marido/companheiro ou apenas quando há assuntos a resolver?

O sentimento na relação conjugal

O sentimento (de respeito, de companheirismo ou de amor-paixão) que, no momento actual, se procura viver na relação conjugal constitui um indicador central das bases em que assenta o laço entre os cônjuges. Se no início da vida a dois as mulheres inquiridas se diferenciaram pelo grau de institucionalidade nas opções normativas que serviram de alicerce à construção da conjugalidade, passados vários anos de vida em comum (em média, 16,5 anos), que valores enquadram actualmente a relação conjugal?

A divisão novamente se torna visível. Faz-se de forma quase equilibrada entre o «respeito pela instituição» e a «relação», ficando a primeira norma, contudo, a ganhar por cerca de 4 pontos percentuais (quadro n.º 4.9). No primeiro caso, a mulher salienta o «respeito pelos deveres que o casamento implica», valorizando uma regulação externa à relação com o cônjuge, ao apelar a uma codificação do casamento enquanto instituição,

que compreende determinados deveres e obrigações. No segundo caso, a construção do sentimento conjugal retira os seus fundamentos da própria dinâmica interna da conjugalidade, opção que alinha mais de perto com os valores promovidos sob a égide do processo de privatização das relações familiares.

Sentimento valorizado na conjugalidade
(n = 1776)

[QUADRO N.º 4.9]

Na vossa relação a dois têm tentado sobretudo...	
Respeito pela instituição:	
Manter uma relação de respeito pelo casamento e pelos deveres que ele implica.....	52,1
Acento na relação com o outro (subtotal).....	47,9
Manter uma relação de amigos e companheiros um do outro.....	31,2
Manter, sobretudo, uma relação de amor-paixão.....	16,7
Total.....	100,0

O acento na relação com o marido ou companheiro pode, por seu lado, fazer-se dando saliência ao sentimento de amizade e companheirismo ou ao sentimento de amor-paixão. Entre as duas formas de valorizar a construção de uma relação conjugal virada para a sua própria dinâmica interna¹¹, a procura de companheirismo agrega, todavia, uma maior percentagem de respostas – cerca do dobro do «amor-paixão». Ganha a procura de uma relação cimentada sobre sentimentos de amizade e de solidariedade entre os parceiros conjugais, por comparação com a afirmação do amor-paixão enquanto fundamento afectivo da conjugalidade.

As tendências gerais são, entretanto, atravessadas por algumas particularidades. Uma análise das respostas femininas segundo o nível de escolaridade (quadro n.º 4.10) vem estabelecer um padrão de variação que se produz em função do binómio instituição/companheirismo. De facto, quanto mais escolarizadas as mulheres, menor o peso do respeito pela instituição como sentimento dominante na conjugalidade, e vice-versa. Enquanto apenas 20% das mulheres com uma licenciatura completa procuram, acima de tudo, «manter uma relação de respeito pelo casamento e os deveres que ele implica», já cerca de 60% das mulheres com o ensino

¹¹ Daí estabelecermos uma diferenciação entre instituição e relação, seja de companheirismo ou de amor-paixão.

primário fazem esta opção. A linha de diferenciação segue uma lógica directamente relacionada com o acréscimo ou decréscimo de capitais escolares, demonstrando a predominância normativa do companheirismo entre os grupos mais escolarizados. Na verdade, o limiar da fractura é fixado pelo ensino secundário. Abaixo predomina o respeito pela instituição, acima o companheirismo.

Sentimento valorizado segundo a escolaridade da mulher
(n = 1776)

[QUADRO N.º 4.10]

Na vossa relação a dois têm tentado sobretudo manter...	Todas as mulheres	Sem escolaridade	Primário	Básico	Secundário	Bach., lic. incompleta	Licenciatura completa ou mais
Respeito pela instituição.....	52,1	51,3	58,5	56,5	39,7	35,0	20,4
Acento na relação.....	47,9	47,7	41,5	43,5	60,3	65,0	79,6
Amizade e companheirismo...	31,2	26,3	22,0	30,0	46,7	51,0	59,1
Amor-paixão.....	16,7	22,4	19,5	13,5	13,6	14,0	20,4
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$$\chi^2 = 119,19; DF = 10; p < 0,000 (cf = 0,25).$$

Uma análise das variações produzidas pela pertença de classe do casal confirma o efeito dos contextos sócio-económicos sobre o sentimento conjugal. É, pois, entre os empresários e dirigentes, as profissões intelectuais e científicas e as profissões técnicas e intermédias que a procura de uma relação de companheirismo se encontra acima da média global da amostra, segundo uma ordem decrescente de sobre-representação. Pelo contrário, em todas as outras classes sociais o «respeito pela instituição» surge sempre em percentagens acima da média.

Ora, se o pendor institucionalista ou companheirista encontra o seu fundamento nos contextos sociais em que é vivido, a escolha do amor-paixão como alicerce da relação a dois surge de forma algo independente de capitais escolares ou sócio-profissionais. Nenhuma destas coordenadas produz diferenciações relevantes de um ponto de vista sociológico (quadros n.ºs 4.10 e 4.11). Tal resultado conduz-nos a duas ilações.

Sofia Aboim

Sentimento valorizado segundo a classe social do casal
(n = 1729)

[QUADRO N.º 4.11]

Na vossa relação a dois têm tentado sobretudo manter...	Todas as mulheres	ED	PIC	PTEI	IPP	C	EE	OI	EE + OI	AA + OI
Respeito pela instituição.....	52,1	22,5	28,1	38,1	60,1	54,9	53,6	56,5	54,6	59,4
Acento na relação.....	47,9	77,5	71,9	61,9	39,9	45,1	46,4	43,5	45,4	40,6
Amizade e companheirismo	31,2	55,0	55,0	47,5	24,5	28,6	30,1	24,4	31,3	18,8
Amor e paixão.....	16,7	22,5	16,9	14,4	15,4	16,5	16,3	19,1	14,1	21,8
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

 $\chi^2 = 90,78$; $DF = 16$; $p < 0,000$ ($cf = 0,22$).

Em primeiro lugar, ressalta, pelo menos quando falamos no feminino, a transversalidade social do amor-paixão, em alinhamento com a concepção, presente nas sociedades contemporâneas ocidentais, da conjugalidade enquanto relação privatizada e fundamentada exclusivamente através do amor (Giddens, 1996; Luhmann, 1991). Um ideário cuja reivindicação parece não obedecer a lógicas de classe, antes encontrando conviência em todos os meios sociais. Esta orientação sentimental dependerá, em última análise, dos trajectos pessoais das mulheres inquiridas e da própria dinâmica interna da relação conjugal. Em segundo lugar, constatamos que a procura do amor-paixão no quotidiano conjugal constitui uma posição minoritária. Se, em termos de ideal abstracto, a força do amor apaixonado na relação conjugal é maior (v. Vasconcelos, 1998, pp. 344-345), o que se procura viver nos contextos situados da conjugalidade tende a desvincular-se um pouco dessas dinâmicas puramente amorosas, dando força acrescida ao sentimento de respeito pela instituição ou, em alternativa, à relação de companheirismo.

A variável «tempo» poderá, contudo, ser útil na aferição do tipo de sentimento que se procura viver na relação conjugal, já que da duração da conjugalidade, ou mesmo da idade da mulher, talvez dependa a maior ênfase na instituição ou na relação, no companheirismo ou no amor-paixão. Aqui a hipótese explicativa vira-se para o interior da dinâmica conjugal.

Ora, a leitura dos resultados obtidos em função do cruzamento do tipo de sentimento procurado com a idade da mulher (quadro n.º 4.12) e com a duração da conjugalidade (quadro n.º 4.13) indica-nos que o respeito pela

instituição se encontra ligeiramente sub-representado entre as mulheres dos 25 aos 34 anos e entre as que têm menos de dez anos de casamento ou união, que a procura de companheirismo se mantém com valores bastante próximos em todos os grupos etários e em todas as durações do casamento e que, por seu lado, o acento no sentimento de amor-paixão aparece um e pouco acima da média igualmente entre as mulheres dos 25 aos 34 anos e vai sofrendo um decréscimo linear do amor-paixão à medida que os anos de vida em comum vão aumentando.

Sentimento valorizado segundo a idade da mulher

(n = 1776)

[QUADRO N.º 4.12]

Na vossa relação a dois têm tentado sobretudo manter...	Todas as mulheres	25-29 anos	30-34 anos	35-39 anos	40-44 anos	45-49 anos
Respeito pela instituição.....	52,1	45,5	49,6	54,2	51,3	54,3
Acento na relação.....	47,9	54,5	50,4	45,8	48,7	45,7
Amizade e companheirismo.....	31,2	33,7	28,4	30,8	32,1	33,7
Amor-paixão.....	16,7	20,8	22,0	15,0	16,6	12,0
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

 $\chi^2 = n. s.$ = não significativo.

Sentimento valorizado segundo a duração da conjugalidade

(n = 1776)

[QUADRO N.º 4.13]

Na vossa relação a dois têm tentado sobretudo manter...	Todas as mulheres	Até dez anos	Onze-quinze anos	Dezas-seis-vinte anos	Vinte e um e mais anos
Respeito pela instituição.....	52,1	45,0	54,5	51,2	54,6
Acento na relação.....	47,9	55,0	45,2	48,8	45,4
Amizade e companheirismo.....	31,2	34,4	27,6	33,6	30,8
Amor-paixão.....	16,7	20,6	17,9	15,2	14,6
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

 $\chi^2 = n. s.$

Muito embora o padrão de variações encontrado não seja muito intenso (as diferenças percentuais são pouco elevadas¹²), os resultados observados conduzem-nos a duas conclusões principais. Por um lado, a hipótese da diferenciação segundo os contextos sociais (o nível de escolaridade, a classe social) explica somente a oscilação entre a instituição e o companheirismo. Por outro lado, a representação do amor-paixão, que se apresenta transversal a todos os meios sociais, apenas varia em função da dinâmica interna da relação, demonstrando, através desta permeabilidade à influência do tempo, a autonomia relativa da vida conjugal.

Também a religião (quadro n.º 4.14) ou os domínios de gratificação escolhidos pelas mulheres (quadro n.º 4.15), variáveis que, como antes referimos, espelham algumas facetas do universo de valores próprios das mulheres inquiridas, se associam às normas sobre o sentimento conjugal.

Sentimento valorizado segundo a religião da mulher
(n=1776)

[QUADRO N.º 4.14]

Na vossa relação a dois têm tentado sobretudo manter...	Todas as mulheres	Sem religião	Católica praticante	Católica não praticante	Outra religião
Respeito pela instituição.....	52,1	43,3	57,2	47,1	55,9
Acento na relação.....	47,9	56,7	42,8	52,9	44,1
Amizade e companheirismo.....	31,2	38,4	25,8	36,5	35,3
Amor-paixão.....	16,7	18,3	17,0	16,4	8,8
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$$\chi^2 = 25,67; DF = 4; p < 0,000 (cf = 0,12).$$

Quando a mulher é católica praticante, valoriza mais frequentemente o enquadramento institucional, ocorrendo o oposto quando é católica não praticante e sobretudo quando não tem religião. O amor-paixão surge novamente sem grandes variações¹³, ocorrência que vem corroborar a ideia de transversalidade do ideal amoroso, por um lado, e a ausência de asso-

¹² Aliás, o qui-quadrado de nenhum destes cruzamentos é significativo. Apenas as variações observadas a nível do amor-paixão possuem valores de resíduos ajustados superiores a 2,0, portanto estatisticamente significativos.

¹³ Com excepção das mulheres com outra religião, grupo que preferimos deixar fora da análise comparativa efectuada, dada a possível heterogeneidade de confissões religiosas e o pequeno número de casos (v. capítulo 1).

ciação entre contextos de vida (neste caso, religiosos) e sentimento apaixonado. Ter ou não uma crença e/ou prática religiosa não condiciona a busca do amor-paixão na relação conjugal, escapando esta opção novamente às lógicas de diferenciação social que entranham os dois outros tipos de sentimento.

Sentimento valorizado segundo os domínios de gratificação escolhidos pelas mulheres
(n = 1118)

[QUADRO N.º 4.15]

Na vossa relação a dois têm tentado sobretudo manter...	Todas as mulheres	Tarefas, filhos, conjugalidade	Tarefas, relação com parentes, filhos	Relação com parentes, filhos, conjugalidade	Convívios, filhos, conjugalidade	Profissão, filhos, conjugalidade
Respeito pela instituição.....	52,1	61,3	61,8	45,8	42,1	45,2
Acento na relação.....	47,9	38,7	38,2	54,2	57,9	54,8
Amizade e companheirismo.....	31,2	21,4	25,0	34,0	38,6	38,4
Amor-paixão.....	16,7	17,3	13,2	20,2	19,3	16,4
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$$\chi^2 = 36,66; DF = 10; p < 0,000 (cf = 0,17).$$

Finalmente, a análise do cruzamento entre o tipo de sentimento procurado na conjugalidade e os domínios de gratificação femininos permite-nos aferir a associação entre a opção institucional e a escolha das tarefas domésticas enquanto área de realização pessoal. Neste caso, a realização pessoal passa pelo papel feminino assumido dentro do lar familiar, opção conforme a uma visão mais institucionalista (logo, mais codificada) do casamento. As variações constroem-se, mais uma vez, à volta do eixo instituição/companheirismo, deixando de fora o amor-paixão, que, tal como antes afirmámos, pode ser procurado por mulheres com diferentes perfis sociais.

O divórcio

A aceitação ou recusa do divórcio constitui uma questão central na análise dos modelos conjugais, na medida em que configura uma orientação fundamental da conjugalidade. Aferir da dissolubilidade ou indissolu-

Muito embora o padrão de variações encontrado não seja muito intenso (as diferenças percentuais são pouco elevadas¹²), os resultados observados conduzem-nos a duas conclusões principais. Por um lado, a hipótese da diferenciação segundo os contextos sociais (o nível de escolaridade, a classe social) explica somente a oscilação entre a instituição e o companheirismo. Por outro lado, a representação do amor-paixão, que se apresenta transversal a todos os meios sociais, apenas varia em função da dinâmica interna da relação, demonstrando, através desta permeabilidade à influência do tempo, a autonomia relativa da vida conjugal.

Também a religião (quadro n.º 4.14) ou os domínios de gratificação escolhidos pelas mulheres (quadro n.º 4.15), variáveis que, como antes referimos, espelham algumas facetas do universo de valores próprios das mulheres inquiridas, se associam às normas sobre o sentimento conjugal.

Sentimento valorizado segundo a religião da mulher
(n=1776)

[QUADRO N.º 4.14]

Na vossa relação a dois têm tentado sobretudo manter...	Todas as mulheres	Sem religião	Católica praticante	Católica não praticante	Outra religião
Respeito pela instituição.....	52,1	43,3	57,2	47,1	55,9
Acento na relação.....	47,9	56,7	42,8	52,9	44,1
Amizade e companheirismo.....	31,2	38,4	25,8	36,5	35,3
Amor-paixão.....	16,7	18,3	17,0	16,4	8,8
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$\chi^2 = 25,67$; $DF = 4$; $p < 0,000$ ($cf = 0,12$).

Quando a mulher é católica praticante, valoriza mais frequentemente o enquadramento institucional, ocorrendo o oposto quando é católica não praticante e sobretudo quando não tem religião. O amor-paixão surge novamente sem grandes variações¹³, ocorrência que vem corroborar a ideia de transversalidade do ideal amoroso, por um lado, e a ausência de asso-

¹² Aliás, o qui-quadrado de nenhum destes cruzamentos é significativo. Apenas as variações observadas a nível do amor-paixão possuem valores de resíduos ajustados superiores a 2,0, portanto estatisticamente significativos.

¹³ Com excepção das mulheres com outra religião, grupo que preferimos deixar fora da análise comparativa efectuada, dada a possível heterogeneidade de confissões religiosas e o pequeno número de casos (v. capítulo 1).

ciação entre contextos de vida (neste caso, religiosos) e sentimento apaixonado. Ter ou não uma crença e/ou prática religiosa não condiciona a busca do amor-paixão na relação conjugal, escapando esta opção novamente às lógicas de diferenciação social que entranham os dois outros tipos de sentimento.

Sentimento valorizado segundo os domínios de gratificação escolhidos pelas mulheres
(n = 1118)

[QUADRO N.º 4.15]

Na vossa relação a dois têm tentado sobretudo manter...	Todas as mulheres	Tarefas, filhos, conjugalidade	Tarefas, relação com parentes, filhos	Relação com parentes, filhos, conjugalidade	Convívios, filhos, conjugalidade	Profissão, filhos, conjugalidade
Respeito pela instituição.....	52,1	61,3	61,8	45,8	42,1	45,2
Acento na relação.....	47,9	38,7	38,2	54,2	57,9	54,8
Amizade e companheirismo.....	31,2	21,4	25,0	34,0	38,6	38,4
Amor-paixão.....	16,7	17,3	13,2	20,2	19,3	16,4
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$\chi^2 = 36,66$; $DF = 10$; $p < 0,000$ ($cf = 0,17$).

Finalmente, a análise do cruzamento entre o tipo de sentimento procurado na conjugalidade e os domínios de gratificação femininos permitiram-nos aferir a associação entre a opção institucional e a escolha das tarefas domésticas enquanto área de realização pessoal. Neste caso, a realização pessoal passa pelo papel feminino assumido dentro do lar familiar, opção conforme a uma visão mais institucionalista (logo, mais codificada) do casamento. As variações constroem-se, mais uma vez, à volta do eixo instituição/companheirismo, deixando de fora o amor-paixão, que, tal como antes afirmámos, pode ser procurado por mulheres com diferentes perfis sociais.

O divórcio

A aceitação ou recusa do divórcio constitui uma questão central na análise dos modelos conjugais, na medida em que configura uma orientação fundamental da conjugalidade. Aferir da dissolubilidade ou indissolu-

bilidade do casamento é, afinal, outra forma de averiguar a sua institucionalidade. O «casamento instituição» está, nas suas formas mais rigorosas, vinculado a normas de perenidade da relação conjugal (Roussel, 1980 e 1991). Pelo contrário, a ideia de casamento dissolúvel é indicativa do processo de modernização (ou «desinstitucionalização») da conjugalidade, norma enquadrada na semântica amorosa que envolve o projecto conjugal¹⁴. Quanto mais fácil a aceitação do divórcio, menos institucional o casamento¹⁵.

Algo em contraponto com o «sentimento institucional», que mais de metade das mulheres procura viver na relação com o cônjuge, a aceitação do divórcio (*divórcio aceitável*) reúne maior número de respostas, consagrando-se como orientação dominante (67,9%)¹⁶. Com efeito, a não aceitação absoluta do divórcio ou o divórcio muito difícil caracterizam, respectivamente, apenas 15,7% e 16,4% das mulheres inquiridas, perfazendo somente cerca de um terço das respostas. No entanto, a postura dominante de aceitação da dissolubilidade do casamento acentua ainda alguma dificuldade na separação, sem, contudo, questionar a sua validade como solução para eventuais problemas matrimoniais: 51,1% das mulheres «aceitariam o divórcio como uma situação difícil mas necessária», enquanto apenas 16,8% «aceitariam o divórcio como a melhor solução».

Recusa/aceitação do divórcio
(n = 1776)

[QUADRO N.º 4.16]

Se houvesse problemas no seu casamento/união...	Percentagem
Divórcio difícil.....	32,1
Não aceitaria o divórcio.....	15,7
Teria muita dificuldade em aceitar o divórcio.....	16,4
Divórcio aceitável.....	67,9
Aceitaria o divórcio como uma situação difícil mas necessária.....	51,1
Aceitaria o divórcio como a melhor solução.....	16,8
Total.....	100,0

¹⁴ Vários autores apontam claramente a ideia de que o divórcio é produto do «casamento por amor», é ele que torna incerta a perenidade da família como instituição (Roussel, 1989; Rougemont, 1986; Luhmann, 1991; Chaumier, 1999).

¹⁵ A associação estreita entre conjugalidade e divórcio é visível no trabalho de Anália Torres sobre o divórcio em Portugal. A autora define três tipos de divórcio (fatalidade, culpa e desenccontro), que interpreta enquanto produtos dos modelos conjugais (mais institucional, fusional ou associativo) em que sucederam (v. Torres, 1996).

¹⁶ Postura, aliás, bem comprovada por vários inquéritos realizados em Portugal (v. Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres e Wall, 1998, pp. 67-71).

Porém, se cerca de dois terços das mulheres inquiridas aceitam o divórcio como solução necessária ou mesmo a melhor solução, esta percentagem sofre sensíveis alterações consoante os contextos sociais de vida. Diferentes capitais escolares e sócio-profissionais estruturam diferentes posições normativas face à dissolubilidade do casamento.

O «divórcio difícil» aparece significativamente sobrerrepresentado entre as mulheres sem escolaridade ou apenas com o ensino primário, observando-se, pelo contrário, uma crescente aceitação do divórcio a partir do ensino básico (quadro n.º 4.17). A partir do ensino secundário, a percentagem de mulheres que não aceitam liminarmente o divórcio desce para menos de um terço da média global da amostra (15,7%), passando a percentagem de «divórcio muito difícil» a números igualmente mais baixos relativamente à média (16,4%). Consequentemente, a aceitação da dissolubilidade do casamento (sobretudo como «solução difícil mas necessária») aumenta a partir deste nível de escolaridade. Em suma, à medida que a negação absoluta do divórcio diminui, aumenta a aceitação moderada do divórcio.

Recusa/aceitação do divórcio segundo a escolaridade da mulher
(n = 1776)

[QUADRO N.º 4.17]

Se houvesse problemas no seu casamento/união...	Todas as mulheres	Sem escolaridade	Primário	Básico	Secundário	Bach. lic. incompleta	Licenciatura completa ou mais
Divórcio difícil.....	32,1	49,4	45,4	25,1	14,6	17,9	14,2
Não aceitaria o divórcio.....	15,7	33,8	24,8	10,2	4,0	5,0	3,3
Teria muita dificuldade em aceitar o divórcio.....	16,4	15,6	20,6	14,9	10,6	12,9	10,9
Divórcio aceitável.....	67,9	50,7	54,6	75,0	85,4	82,2	85,9
Aceitaria o divórcio como uma situação difícil mas necessária.....	51,1	37,7	38,8	55,8	68,7	67,3	70,7
Aceitaria o divórcio como a melhor solução.....	16,8	13,0	15,8	19,2	16,7	14,9	15,2
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$\chi^2 = 166,40$; $DF = 15$; $p < 0,000$ ($cf = 0,29$).

Em termos de classe, são os camponeses, os operários industriais e os assalariados agrícolas casados entre si ou com operários industriais quem mais recusa a possibilidade de dissolver a união conjugal (quadro n.º 4.18).

É entre estes grupos que encontramos mulheres com uma orientação mais institucionalista face ao casamento – note-se que entre os camponeses a recusa absoluta do divórcio sobe aos 30,0%, que entre os assalariados agrícolas casados entre si ou com operários industriais é de 31,8% e que entre os operários esta atinge os 23,9% de respostas. O «divórcio aceitável» aparece, por seu lado, claramente sobrerrepresentado entre os empresários e dirigentes, as profissões intelectuais e científicas e as profissões técnicas e intermédias, os grupos que menos institucionalistas são igualmente nas finalidades que atribuem ao casamento ou na definição do sentimento conjugal actual.

Recusa/aceitação do divórcio segundo a classe social do casal

(n = 1729)

[QUADRO N.º 4.18]

Se houvesse problemas no seu casamento/união...	Todas as mulheres	ED	PIC	PTEI	IPP	C	EE	OI	EE + OI	AA + OI
Divórcio difícil.....	32,1	17,5	15,9	18,4	28,7	45,6	31,1	39,3	33,7	50,8
Não aceitaria o divórcio.....	15,7	2,5	1,1	5,6	11,9	30,0	14,3	23,9	14,6	31,8
Teria muita dificuldade em aceitar o divórcio.....	16,4	15,0	14,8	12,8	16,8	15,6	16,8	15,4	19,1	19,0
Divórcio aceitável.....	67,9	82,5	84,1	81,6	71,3	54,4	68,9	60,7	66,3	49,2
Aceitaria o divórcio como uma situação difícil mas necessária.....	51,1	67,5	70,5	65,2	53,1	45,6	52,1	42,3	48,0	38,1
Aceitaria o divórcio como a melhor solução.....	16,8	15,0	13,6	16,4	18,2	8,8	16,8	18,4	18,3	11,1
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$\chi^2 = 107,11$; $DF = 24$; $p < 0,000$ ($cf = 0,24$).

As variações observadas segundo a idade da mulher ou o ano de entrada na vida a dois permitem-nos comprovar também a importância do «tempo» (pessoal ou social) na estruturação das orientações conjugais. Relativamente à idade da mulher (quadro n.º 4.19), constatamos que, à medida que esta aumenta, o «divórcio difícil» aumenta igualmente. As mulheres com menos de 40 anos aceitam mais facilmente a possibilidade de dissolução do casamento, entrevendo-se aqui, provavelmente, um efeito de cariz geracional.

Recusa/aceitação do divórcio segundo a idade da mulher

(n = 1776)

[QUADRO N.º 4.19]

Se houvesse problemas no seu casamento/união...	Todas as mulheres	25-29 anos	30-34 anos	35-39 anos	40-44 anos	45-49 anos
Divórcio difícil.....	32,1	31,1	23,9	31,2	34,4	40,3
Não aceitaria o divórcio.....	15,7	10,3	11,7	14,1	18,1	21,1
Teria muita dificuldade em aceitar o divórcio.....	16,4	20,8	12,2	17,1	16,3	19,2
Divórcio aceitável.....	67,9	68,9	76,1	68,8	65,6	59,7
Aceitaria o divórcio como uma situação difícil mas necessária.....	51,1	42,9	59,2	50,9	50,5	44,7
Aceitaria o divórcio como a melhor solução.....	16,8	26,0	16,9	17,9	15,1	15,0
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$\chi^2 = 31,60$; $DF = 12$; $p < 0,001$ ($cf = 0,13$).

Um impacto mais visível é provocado pelo ano de entrada na conjugalidade (quadro n.º 4.20), facto que aponta para uma articulação entre posições normativas, destinos pessoais e contextos históricos e sociais. A aceitação do divórcio no momento actual não mostra independência face ao tempo social em que se começou a viver com o cônjuge. As mulheres que casaram ou começaram a viver com o companheiro nos anos 70, sobretudo ainda antes do 25 de Abril, recusam a possibilidade de divórcio em número acima da média, que chega aos 27,0% entre as mulheres que entraram na conjugalidade até 1974. Casar ou começar a viver com o cônjuge na década de 80 inverte a tendência. O «divórcio aceitável» toma-se posição cada vez mais frequente, nomeadamente a partir do meio da década. Finalmente, os anos 90 servem de palco a conjugalidades mais «desinstitucionalizadas», uma vez que a aceitação do divórcio (necessário ou melhor solução) é verbalizada por quase 80% das inquiridas. Assistimos assim, ao longo destes anos, a uma progressiva diminuição da perenidade enquanto valor fundador do casamento, em conformidade com o que habitualmente se entende enquanto movimento de «desinstitucionalização» do casamento (v. Roussel, 1989). Tendência normativa que, aliás, as práticas vão acompanhando, como demonstra o aumento progressivo do divórcio em Portugal a partir dos anos 80 (v. Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres e Wall, 1998a, p. 48).

Recusa/aceitação do divórcio segundo o ano de entrada na conjugalidade
(n = 1776)

[QUADRO N.º 4.20]

Se houvesse problemas no seu casamento/união...	Todas as mulheres	Até 1974	1975-1979	1980-1984	1985-1989	1990 e mais
Divórcio difícil.....	32,1	46,9	38,3	31,9	27,2	21,5
Não aceitaria o divórcio.....	15,7	27,0	20,1	14,2	13,3	8,8
Teria muita dificuldade em aceitar o divórcio.....	16,4	19,9	18,2	17,7	13,9	12,7
Divórcio aceitável.....	67,9	53,1	61,7	68,1	72,8	78,5
Aceitaria o divórcio como uma situação difícil mas necessária.....	51,1	42,6	45,6	51,3	55,3	57,5
Aceitaria o divórcio como a melhor solução.....	16,8	10,5	16,1	16,8	17,5	21,0
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$\chi^2 = 42,41$; $DF = 12$; $p < 0,000$ ($cf = 0,15$).

O tipo de percurso de formação do laço conjugal associa-se igualmente a posições diversas face à dissolubilidade do casamento (quadro n.º 4.21). Apesar de a aceitação do divórcio ser sempre maioritária, as mulheres que realizaram um casamento religioso (mesmo aquelas que coabitaram durante um período de tempo antes de casarem) defendem, em maior número, a perenidade do vínculo conjugal (cerca de 18% não aceitariam o divórcio). Ao contrário, o carácter não sacramental da conjugalidade induz posições bastante mais permeáveis ao divórcio. Quem entrou na conjugalidade pela porta do casamento civil, quem coabitou e casou mais tarde pelo civil e, sobretudo, quem vive actualmente em união de facto aceita mais facilmente a ruptura conjugal.

As católicas praticantes são, aliás, quem menos aceita o divórcio – cerca de 23% destas mulheres nunca se divorciariam, número que é apenas de 6,6% entre as mulheres sem religião e de 8,4% entre as católicas não praticantes. O facto de o casamento ser considerado um sacramento religioso, e não um contrato, condiciona logicamente uma maior valorização da perenidade matrimonial. Mesmo assim, a maioria das mulheres considera o divórcio aceitável, o que, relativamente, demonstra a fraca presença da norma de indissolubilidade na sociedade portuguesa.

Recusa/aceitação do divórcio segundo o percurso de formação do laço conjugal
(n = 1776)

[QUADRO N.º 4.21]

Se houvesse problemas no seu casamento/união...	Todas as mulheres	União de facto	Coabitação inicial seguida de casamento civil	Coabitação inicial seguida de casamento religioso	Casamento civil	Casamento religioso
Divórcio difícil.....	32,1	10,2	21,8	34,1	25,4	35,0
Não aceitaria o divórcio.....	15,7	5,1	5,5	17,6	9,2	17,9
Teria muita dificuldade em aceitar o divórcio.....	16,4	5,1	16,3	16,5	16,2	17,1
Divórcio aceitável.....	67,9	89,8	78,2	65,9	74,6	65,0
Aceitaria o divórcio como uma situação difícil mas necessária.....	51,1	46,2	51,8	47,2	55,5	51,0
Aceitaria o divórcio como a melhor solução.....	16,8	43,6	26,4	18,7	19,1	14,0
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$\chi^2 = 75,64$; $DF = 12$; $p < 0,000$ ($cf = 0,21$).

Recusa/aceitação do divórcio segundo a religião da mulher
(n = 1776)

[QUADRO N.º 4.22]

Se houvesse problemas no seu casamento/união...	Todas as mulheres	Sem religião	Católica praticante	Católica não praticante	Outra religião
Divórcio difícil.....	32,1	23,0	39,4	24,3	47,1
Não aceitaria o divórcio.....	15,7	6,6	22,8	8,4	23,5
Teria muita dificuldade em aceitar o divórcio.....	16,4	16,4	16,6	15,9	23,5
Divórcio aceitável.....	67,9	77,0	60,6	75,8	52,9
Aceitaria o divórcio como uma situação difícil mas necessária.....	51,1	55,7	45,7	57,3	35,3
Aceitaria o divórcio como a melhor solução.....	16,8	21,3	14,9	18,5	17,6
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$\chi^2 = 73,96$; $DF = 6$; $p < 0,000$ ($cf = 0,20$).

Duas conclusões principais sobressaem desta análise. Em primeiro lugar, constatamos a predominância da aceitação do divórcio por parte das

mulheres inquiridas, resultado, aliás, idêntico ao de outros inquiridos à população portuguesa (por exemplo, Almeida e Guerreiro, 1993, Vasconcelos, 1998, e Almeida, 2003). Em segundo lugar, observamos algumas variações segundo a escolaridade feminina, a classe social, a trajetória profissional, a religião, o grupo etário ou o ano de entrada na conjugalidade. São as mulheres mais escolarizadas, as mais novas, as católicas não praticantes e as que entraram para a conjugalidade mais recentemente quem mais aceita a dissolubilidade do casamento. Pelo contrário, são as mulheres sem escolaridade ou com o ensino primário, as de meios populares (camponeses e operários), as católicas praticantes, as que nunca trabalharam profissionalmente e as que casaram na década de 70 quem mais se vincula à norma de indissolubilidade do casamento.

A igualdade desejada e procurada

A esfera do trabalho (profissional e doméstico) constitui uma dimensão fundamental da vida quotidiana dos casais e das famílias, sendo, por excelência, uma área de produção de desigualdades de género. Desigualdade de afazeres e competências que dividem o casal, mais nas práticas do que nas representações – as segundas usualmente mais igualitárias do que as primeiras¹⁷. Surgem muitas vezes contradições entre os discursos e as práticas, a colocar as mulheres numa posição de dupla jornada e dupla orientação entre o doméstico e o profissional (v. Almeida e Guerreiro, 1993, p. 210).

A existência, não rara, de alguma tensão ou mesmo de desfasamento entre os ideais abstractos e as práticas no seio da família levou-nos, assim, a optar por um questionamento efectuado não só a nível da norma ideal (o que se acha desejável em abstracto) (v. quadro n.º 4.23), mas também a nível da norma situada (o que se procura concretizar na própria vida) (v. quadro n.º 4.26). Fazendo esta opção, esperávamos contornar a tendência para responder seguindo uma norma abstracta, ou seja, por referência a um outro generalizado, de acordo com o dever-ser dominante e tendencialmente modernista, tantas vezes afastado do campo dos possíveis femininos, quando se passa para o domínio das opções pessoais, concretizadas ou potenciais.

Do ponto de vista do «ideal abstracto», nível de questionamento a partir do qual podemos aferir a legitimidade normativa da ideia de igualdade de género na conjugalidade, constatamos que tanto no trabalho profissional como no doméstico predomina a norma de igualdade absoluta – 70,6% das inquiridas acham que o casal deve dividir todas as tarefas domésticas e 77,9% pensam que ambos devem trabalhar fora de casa (quadros n.ºs 4.23 e 4.24). As normas de «desigualdade atenuada» (o modelo da «ajuda» – o homem ajuda em casa, a mulher ajuda fora de casa) são mencionadas por um número ainda considerável de mulheres, mais a nível do trabalho doméstico (27,8%) do que do trabalho profissional (16,0%). A desigualdade em casa e no trabalho profissional reúne, por seu lado, um número bastante diminuto de respostas, evidenciando a hegemonia da ideia de igualdade absoluta ou pelo menos parcial (a ajuda). A separação de competências e afazeres masculinos e femininos é idealmente negada a favor da cooperação e/ou da paridade entre os cônjuges.

Norma ideal de divisão do trabalho doméstico
(n = 1774)

[QUADRO N.º 4.23]

Pensando nos casais em geral, acha que...	Porcentagem
O casal deve dividir todas as tarefas domésticas.....	70,6
O marido deve dar uma ajuda.....	27,8
A mulher deve fazer tudo sozinha.....	1,5
Total.....	100,0

Norma ideal de divisão do trabalho profissional
(n = 1774)

[QUADRO N.º 4.24]

Pensando nos casais em geral, acha que...	Porcentagem
Ambos devem trabalhar fora de casa.....	77,9
A mulher deve dar uma ajuda, se necessário.....	16,0
Deve ser só o marido a trabalhar fora de casa.....	6,1
Total.....	100,0

De facto, os meandros da igualdade revestem-se, mesmo a nível dos ideais abstractos, de algumas particularidades, pois a correspondência en-

¹⁷ Uma análise aprofundada das normas ideais de divisão do trabalho, bem como a comparação entre ideais e práticas de divisão do trabalho, é efectuada no capítulo 6. «A divisão familiar do trabalho».

tre a esfera profissional e doméstica nem sempre se faz pela escolha da mesma norma de divisão do trabalho conjugal. A divisão ideal do trabalho pode combinar uma certa diversidade de opções (quadro n.º 4.25).

Norma ideal de divisão do trabalho doméstico e de divisão do trabalho profissional
(n = 1774)

[QUADRO N.º 4.25]

Trabalho doméstico	Trabalho profissional	Porcentagem
Mesmo ideal nos dois domínios (subtotal).....		65,6
Igualdade.....	Igualdade.....	58,2
Ajuda.....	Ajuda.....	7,1
Desigualdade.....	Desigualdade.....	0,3
Mais «igualdade» no trabalho profissional (subtotal).....		20,0
Ajuda.....	Igualdade.....	18,9
Desigualdade.....	Igualdade.....	0,8
Desigualdade.....	Ajuda.....	0,3
Mais «igualdade» no trabalho doméstico (subtotal).....		14,3
Igualdade.....	Ajuda.....	8,5
Igualdade.....	Desigualdade.....	3,9
Ajuda.....	Desigualdade.....	1,9
Total.....		100,0

A igualdade doméstica e a profissional continuam, contudo, a ser as normas desejadas em uníssono por 58,2% das mulheres. Em contraponto, o modelo de ajuda na profissão e no mundo doméstico reúne apenas 7,1% das respostas, sendo as normas de desigualdade simultaneamente referidas em número francamente irrisório (0,3% dos casos). As restantes opções fazem, em cerca de um terço dos casos, o cruzamento de normas diferentes para a divisão do trabalho doméstico e a do trabalho profissional, notando-se genericamente que a esfera pública da profissão é, apesar de tudo, «mais igual» do que o domínio do privado. Com efeito, um quinto das mulheres idealiza igualdade, ou pelo menos entreajuda, no que respeita à responsabilidade de sustentar a família e ter uma profissão, mas combina-a com normas mais «desiguais» de divisão do trabalho doméstico, assumindo assim como legítima a sua própria dupla jornada, mais sobrecarregada com as lides da casa. Tem particular expressão a combinação da «igualdade» com a «ajuda»: 18,9% das mulheres idealizam a igualdade na profissão associada ao modelo de ajuda doméstica por parte do marido. Todavia, a situação inversa também existe: cerca de 14% das mulheres inquiridas fazem combinatórias normativas que acentuam menos a desi-

gualdade doméstica do que a profissional. Ou seja, neste caso, o marido ou companheiro deveria «ajudar» mais em casa do que elas deveriam, em correspondência, «ajudar» na divisão do trabalho profissional. Veja-se, por exemplo, que 8,5% das inquiridas combinam a igualdade doméstica com a ajuda feminina a nível do trabalho profissional.

Chegamos, assim, a duas constatações. Por um lado, a norma de igualdade absoluta encontra um pouco mais de espaço no mundo profissional do que no doméstico. Com efeito, o modelo de «desigualdade atenuada» (a norma de ajuda) tem aqui mais expressão, legitimando a dupla jornada feminina. A mulher assume, mesmo em termos de ideal abstracto, uma maior carga de trabalho do que o homem. Por outro lado, não obstante o modelo oposto (igualdade doméstica e ajuda feminina na profissão) ser uma escolha ideal um pouco mais minoritária, permite salientar a transformação dos modelos mais tradicionais de ganha-pão masculino na sociedade portuguesa. Se para algumas mulheres esse continua a ser idealmente um papel que compete ao homem, não parece entretanto ser lícita a sua total ausência das lides da casa. Aí ele deve, pelo menos, dar alguma ajuda, opção feminina que define um modelo de género tradicional, mas algo modificado.

Outra constatação ainda é a de que a desigualdade na divisão conjugal do trabalho doméstico aumenta quando se passa para o nível da norma situada – o que efectivamente se procura concretizar no quotidiano conjugal (quadro n.º 4.26). O desfazamento entre a divisão conjugal do trabalho doméstico que idealmente se desejaria e a que efectivamente se procura concretizar na prática é francamente evidente: enquanto 70,6% das mulheres acham que «o casal deve dividir todas as tarefas domésticas», apenas 17,9% procuram concretizar esta norma. Ainda assim, cerca de metade das mulheres (47,8%) tenta obter alguma ajuda do marido na realização das tarefas domésticas, sendo de um terço (34,3%) a percentagem daquelas que procuram poupar o homem às lides domésticas. Relembramos, estabelecendo o contraste, que apenas uma reduzida percentagem de 1,5 de mulheres aponta a desigualdade doméstica como ideal abstracto.

Se observarmos mais atentamente a combinação entre a norma ideal e a norma situada de divisão conjugal do trabalho doméstico, torna-se duplamente flagrante a distância entre os dois níveis de resposta (quadro n.º 4.27): apenas 29,8% das mulheres procuram concretizar o que desejam idealmente, enquanto para 70,2% destas existe uma descoincidência entre a norma ideal e a norma situada. Mais ainda: esta discrepância retrata a distância existente entre a igualdade que se desejaria idealmente e aquela que se desiste de procurar concretizar no quotidiano, pondo de parte, na vida real, a perseguição da igualdade doméstica. A postura inversa é, pelo

contrário, praticamente inexistente – apenas a irrisória percentagem de 0,3% de mulheres procura obter ajuda do cônjuge quando acha que o ideal seria elas próprias desempenharem todas as tarefas da casa.

Norma situada de divisão do trabalho doméstico
(n = 1776)

[QUADRO N.º 4.26]

No que respeita à participação do marido/companheiro no trabalho doméstico, tem tentado...	Percentagem
Dividir todas as tarefas com o marido.....	17,9
Ter alguma ajuda do marido.....	47,8
Poupar o marido às tarefas domésticas.....	34,3
Total.....	100,0

Norma ideal de divisão do trabalho doméstico e de divisão situada do trabalho doméstico
(n = 1774)

[QUADRO N.º 4.27]

Norma ideal	Norma situada	Percentagem
Normas idênticas (subtotal).....		29,8
Igualdade.....	Igualdade.....	15,5
Ajuda.....	Ajuda.....	13,1
Desigualdade.....	Desigualdade.....	1,2
Mais «igualdade» ideal do que situada (subtotal).....		69,9
Igualdade.....	Ajuda.....	34,5
Igualdade.....	Desigualdade.....	20,8
Ajuda.....	Desigualdade.....	12,2
Ajuda.....	Igualdade.....	2,4
Mais «desigualdade» ideal do que situada (subtotal).....		0,3
Desigualdade.....	Ajuda.....	0,3
Total.....		100,0

Importante é sinalizar que mais de metade das inquiridas (55,3%) elege a igualdade doméstica como ideal sem procurar concretizá-la no seu dia a dia. Aí procura-se simplesmente a ajuda do marido ou mesmo poupá-lo às lides domésticas. Apenas 15,5% das mulheres apontam a norma de igualdade tanto a nível ideal como situado, números inequivocamente revela-

dores do desfasamento entre os dois planos. Sem dúvida, as estratégias femininas andam muitas vezes longe do dever-ser ideal.

Apesar de as normas ideais de igualdade na divisão conjugal do trabalho doméstico e profissional reunirem sempre a maioria (70% ou mais) das respostas femininas, o nível de escolaridade, a classe social ou a trajectória profissional da mulher vêm introduzir algumas variações significativas.

Quanto mais elevados os capitais escolares, maior a afirmação da norma ideal de igualdade entre os cônjuges tanto na esfera doméstica como na profissional (quadro n.º 4.28). A partir da escolaridade secundária, a ideia de igualdade surge nitidamente acima da média global da amostra, atingindo mais de 90% de respostas entre as mulheres com uma licenciatura completa ou mais. O modelo de ajuda aparece sobrerrepresentado entre as mulheres sem escolaridade ou apenas com o ensino primário. São também estas as mulheres que mais vezes optam pelo modelo de ganhapão masculino, eligendo-o em cerca de 9% dos casos.

Normas ideais de divisão do trabalho segundo a escolaridade da mulher
(n = 1774)

[QUADRO N.º 4.28]

Pensando nos casais em geral, acha que...	Todas as mulheres	Sem escolaridade	Primário	Básico	Secundário	Bach. lic. incompleta	Licenciatura completa ou mais
Trabalho doméstico:							
O casal deve dividir todas as tarefas domésticas.....	70,6	68,4	63,4	68,7	83,4	87,1	94,6
O marido deve dar uma ajuda.....	27,8	28,9	33,8	30,4	16,6	12,9	5,4
A mulher deve fazer tudo sozinha.....	1,5	2,6	2,8	0,8			
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2 = 82,51$; $DF = 10$; $p < 0,000$ ($cf = 0,21$)							
Trabalho profissional:							
Ambos devem trabalhar fora de casa.....	77,9	66,2	71,3	79,8	88,4	89,1	91,4
A mulher deve dar uma ajuda, se necessário.....	16,0	24,7	19,4	15,0	10,6	8,9	7,5
Deve ser só o marido a trabalhar fora de casa.....	6,1	9,1	9,3	5,2	1,0	2,0	1,1
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2 = 61,30$; $DF = 10$; $p < 0,000$ ($cf = 0,18$)							

Mudando o registo do ideal para o que se procura efectivamente concretizar em termos de divisão do trabalho doméstico, verificam-se *grossomodo* os mesmos perfis de resposta, com a distinção que se estabelece entre a ausência de escolaridade, a escolaridade primária e os níveis de ensino do secundário para cima (quadro n.º 4.29). Até ao nível primário, as mulheres evidenciam maior tendência para «pouparem o marido às tarefas domésticas». À medida do aumento dos capitais escolares, procura-se bastante mais dividir todas as tarefas domésticas com o cônjuge, ou pelo menos a sua ajuda. Poupar o marido às lides caseiras é uma opção bastante mais reduzida face ao padrão médio de respostas femininas. Não obstante os desfasamentos verificados entre norma desejada e procurada, é nítida a tendência para alguma correspondência entre os dois níveis: quer dizer, quanto mais se deseja a igualdade, mais se tende a procurá-la.

Divisão situada do trabalho doméstico segundo a escolaridade da mulher
(n = 1776)

[QUADRO N.º 4.29]

No que respeita à participação do marido/companheiro no trabalho doméstico, tem tentado...	Todas as mulheres	Sem escolaridade	Primário	Básico	Secundário	Bach. lic. incompleta	Licenciatura completa ou mais
Dividir todas as tarefas com o marido	17,9	10,5	13,3	17,9	23,6	29,7	34,8
Alguma ajuda do marido	47,8	30,3	41,2	50,9	60,8	56,4	55,4
Poupar o marido às tarefas domésticas	34,3	59,2	45,5	31,2	15,6	13,9	9,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$\chi^2 = 149,43$; $DF = 10$; $p < 0,000$ ($cf = 0,30$).

As variações observadas segundo a classe social do casal (quadro n.º 4.30) vêm mais uma vez corroborar a leitura feita através da escolaridade, afirmando a importância dos contextos sócio-económicos na estruturação dos ideais normativos. Assim, temos uma clara sobre-representação da norma igualitária entre os empresários e dirigentes, as profissões intelectuais e científicas e as profissões técnicas e intermédias, resultado válido tanto para o trabalho remunerado como para o doméstico. A menor afirmação da ideia de igualdade absoluta a favor do modelo de ajuda conjugal observa-se, por seu lado, entre os camponeses e os operários industriais – os sectores mais «institucionalistas», como verificámos anterior-

mente. No entanto, é de ressaltar que, seguindo de perto a tendência global da amostra, vamos encontrar, nas mulheres destes meios sociais, uma norma de igualdade de género mais vincada no nível profissional do que no doméstico. Tanto os empregados executantes como os assalariados agrícolas casados entre si ou com operários industriais afirmam o dever de ambos os cônjuges trabalharem fora de casa, deixando perceber, sobretudo no caso deste último grupo, a discrepância tecida face às posições mais diferenciadas segundo o género que prevalecem na esfera doméstica.

Normas ideais de divisão do trabalho segundo a classe social do casal
(n = 1729)

[QUADRO N.º 4.30]

Pensando nos casais em geral, acha que...	Todas as mulheres	ED	PIC	PTEI	IPP	C	EE	OI	EE + OI	AA + OI
Trabalho doméstico:										
O casal deve dividir todas as tarefas domésticas...	70,6	85,0	93,3	87,2	66,4	54,4	73,8	64,2	71,1	53,1
O marido deve dar uma ajuda	27,8	15,0	6,7	12,8	33,1	37,8	25,0	34,0	27,7	42,2
A mulher deve fazer tudo sozinha	1,5	-	-	-	0,5	7,8	1,3	1,8	1,2	4,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2 = 111,61$; $DF = 16$; $p < 0,000$ ($cf = 0,25$)										
Trabalho profissional:										
Ambos devem trabalhar fora de casa	77,9	82,5	92,1	90,8	76,1	59,3	86,7	68,7	77,9	82,8
A mulher deve dar uma ajuda, se necessário	16,0	15,0	6,7	8,7	18,3	28,6	8,8	20,9	14,1	17,2
Deve ser só o marido a trabalhar fora de casa	6,1	2,5	1,1	0,5	5,6	12,1	4,6	10,3	8,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2 = 91,27$; $DF = 16$; $p < 0,000$ ($cf = 0,22$)										

Em termos gerais, a variação das normas ideais de divisão do trabalho vem novamente trazer à luz um cenário social trespassado por algumas diferenciações sociais, ficando num extremo a «vanguarda modernista», encabeçada pelos grupos mais escolarizados e com maiores capitais sócio-profissionais, e no outro a «tradição institucional», comum aos meios camponeses e operários.

As práticas condicionam as representações. Daí o carácter estruturador dos contextos sociais, daí também o impacto da trajectória profissional da mulher (quadro n.º 4.31). Se a mulher nunca exerceu uma actividade profissional, a afirmação da ideia de igualdade, mesmo como ideal abstracto,

Normas ideais de divisão do trabalho segundo a trajectória profissional da mulher
(n = 1774)

[QUADRO N.º 4.31]

Pensando nos casais em geral, acha que...	Todas as mulheres	Sempre com trabalho	Sempre sem trabalho	Com trabalho em um-dois momentos
Trabalho doméstico:				
O casal deve dividir todas as tarefas domésticas.....	70,6	73,8	57,6	70,6
O marido deve dar uma ajuda.....	27,8	24,8	39,2	28,3
A mulher deve fazer tudo sozinha.....	1,5	1,4	3,2	1,1
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2 = 24,68; DF = 4; p < 0,000$ (cf = 0,12)				
Trabalho profissional:				
Ambos devem trabalhar fora de casa.....	77,9	81,7	61,8	77,8
A mulher deve dar uma ajuda, se necessário.....	16,0	13,0	30,0	15,6
Deve ser só o marido a trabalhar fora de casa.....	6,1	5,3	8,3	6,6
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2 = 43,48; DF = 4; p < 0,000$ (cf = 0,15)				

tem menor expressão comparativamente com as mulheres que sempre trabalharam fora de casa. Para utilizar a expressão de Bourdieu (1983) «faz-se da necessidade virtude», sem, contudo, se elidir, globalmente, a afirmação maioritária da igualdade conjugal no plano dos ideais. Quando as mulheres sempre trabalharam fora de casa, a norma de igualdade aparece, por seu turno, um pouco sobrerrepresentada. Novamente com a igualdade profissional a ultrapassar a igualdade doméstica. Bastante reveladores, estes dados apontam traços importantes das representações sociais dominantes na sociedade portuguesa. A orientação feminina para a profissão, que se traduz na legitimidade da ideia de igualdade entre homens e mulheres, vai um pouco à frente da ideia de igualdade na divisão do trabalho doméstico, discrepância produzida pelos discursos das próprias mulheres. Sem dúvida, estas, tal como os homens, incorporam o género enquanto

diferença socialmente construída e geradora de competências e de papéis diferentes (Bourdieu, 1998; Amâncio, 1994 e 2003). Mais diferentes, contudo, em matéria de trabalho doméstico do que de trabalho profissional.

Aliás, a progressiva adesão feminina a uma norma ideal de igualdade no trabalho profissional é visível de acordo com o ano de entrada na conjugalidade (quadro n.º 4.32), movimento a que não são com certeza alheias as transformações estruturais da sociedade portuguesa, nomeadamente no que respeita ao crescimento da taxa de actividade feminina. O momento histórico de organização da vida a dois tem, assim, um impacto significativo sobre as normas de divisão conjugal do trabalho profissional. Ter entrado na conjugalidade a partir dos anos 80 impõe uma sobrerrepresentação da norma ideal igualitária, constatando-se o inverso quando a união se iniciou nos anos 70 ou antes.

Normas ideais de divisão do trabalho segundo o ano de entrada na conjugalidade
(n = 1774)

[QUADRO N.º 4.32]

Pensando nos casais em geral, acha que...	Todas as mulheres	Até 1974	1975-1979	1980-1984	1985-1989	1990 e mais
Trabalho doméstico:						
O casal deve dividir todas as tarefas domésticas.....	70,6	67,6	68,7	72,4	70,8	71,3
O marido deve dar uma ajuda.....	27,8	32,4	29,5	26,4	27,1	27,6
A mulher deve fazer tudo sozinha.....	1,5	-	1,8	1,2	2,2	1,1
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2 = n. s.$						
Trabalho profissional:						
Ambos devem trabalhar fora de casa.....	77,9	67,6	72,6	80,2	80,2	83,4
A mulher deve dar uma ajuda, se necessário.....	16,0	21,8	20,0	14,0	14,6	12,7
Deve ser só o marido a trabalhar fora de casa.....	6,1	10,6	7,4	5,8	5,1	3,9
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2 = 22,72; DF = 8; p < 0,003$ (cf = 0,11)						

Por seu lado, as normas ideais de divisão do trabalho doméstico mudaram menos ao longo do tempo, não havendo grandes diferenças consoante

o ano em que se começou a viver com o cônjuge¹⁸. Ora, se o trabalho profissional mudou mais em direcção à ideia de igualdade do que o doméstico, constatamos renovadamente a existência de discrepância normativa entre as duas áreas, dois universos distintos que nem sempre se casam entre si de feição homóloga. Tal disparidade é geradora, mesmo no plano dos ideais, de formas de desigualdade, apesar de a tendência dominante promover a igualdade de género aos dois níveis.

Contudo, é igualmente verdade que, do ponto de vista do que se procura (quadro n.º 4.33), algumas mudanças se verificam na esfera doméstica. Se, a nível do ideal abstracto, as normas de divisão do trabalho doméstico não sofreram grandes mudanças segundo o ano de entrada na conjugalidade, a nível do ideal situado assistimos a uma progressiva diminuição da desigualdade, existindo uma clivagem nítida entre as mulheres que entraram na conjugalidade até 1979 e as que o fizeram ao longo das décadas de 80 e 90. É sobretudo a partir de 1985 que as mulheres casam ou vão viver com o companheiro procurando mais acentuadamente uma divisão igualitária das tarefas domésticas. As mulheres que entraram na vida conjugal mais recentemente parecem, deste modo, promover uma maior proximidade entre ideal abstracto e norma situada.

Divisão situada do trabalho doméstico segundo o ano de entrada na conjugalidade
(n = 1776)

[QUADRO N.º 4.33]

No que respeita à participação do marido/companheiro no trabalho doméstico, tem tentado...	Todas as mulheres	Até 1974	1975-1979	1980-1984	1985-1989	1990 e mais
Dividir todas as tarefas com o marido.....	17,9	13,4	16,0	16,7	20,7	21,7
Alguma ajuda do marido.....	47,8	35,9	46,8	50,3	48,5	49,4
Poupar o marido às tarefas domésticas.....	34,3	50,7	37,2	33,0	30,8	28,9
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$\chi^2 = 27,40$; $DF = 8$; $p < 0,000$ ($cf = 0,12$).

A posição religiosa da mulher produz igualmente algumas variações no que respeita à sua orientação ideal para a igualdade no trabalho profissional ou no trabalho doméstico (quadro n.º 4.34).

¹⁸ Aliás, a associação entre o ano de entrada na conjugalidade e a norma ideal de divisão do trabalho doméstico não se revelou significativa do ponto de vista estatístico, de acordo com o teste do qui-quadrado.

Normas ideais de divisão do trabalho segundo a religião da mulher
(n = 1774)

[QUADRO N.º 4.34]

Pensando nos casais em geral, acha que...	Todas as mulheres	Sem religião	Católica praticante	Católica não praticante	Outra religião
Trabalho doméstico:					
O casal deve dividir todas as tarefas domésticas.....	70,6	80,0	65,5	75,7	64,7
O marido deve dar uma ajuda.....	27,8	20,0	32,3	23,3	35,3
A mulher deve fazer tudo sozinha.....	1,5		2,2	1,0	
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2 = 25,14$; $DF = 4$; $p < 0,000$ ($cf = 0,12$)					
Trabalho profissional:					
Ambos devem trabalhar fora de casa.....	77,9	86,7	71,7	84,4	67,6
A mulher deve dar uma ajuda, se necessário.....	16,0	6,7	19,5	12,2	32,4
Deve ser só o marido a trabalhar fora de casa.....	6,1	6,7	8,8	3,5	
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2 = 45,85$; $DF = 4$; $p < 0,000$ ($cf = 0,16$)					

Ser católica praticante associa-se a uma sub-representação das normas de igualdade face à média global da amostra – menos 5,1% no plano doméstico, menos 6,2% no plano profissional. Apesar de estas distâncias serem reduzidas (a norma de igualdade afirma-se sempre dominante), indiciam uma articulação entre concepções mais diferenciadas dos papéis de género e a prática religiosa católica. Não ter religião ou ser católica não praticante associa-se, pelo contrário, a uma sobre-representação da norma igualitária.

Outra diferença nos ideais femininos de igualdade sobressai quando se faz o cruzamento com os domínios de gratificação escolhidos pela mulher. A nível das normas de divisão do trabalho doméstico verificamos que a norma igualitária diminui quando a mulher escolheu as tarefas domésticas enquanto área de gratificação pessoal, acontecendo o oposto quando a actividade profissional é indicada como vector de realização pessoal. No campo profissional, esta tendência não surge com a mesma nitidez, havendo um maior acento sobre a norma de igualdade, mesmo quando as mulheres escolhem as tarefas domésticas como domínio de gratificação. Continuamos, contudo, a observar uma sobre-representação (em cerca de 11 pontos percentuais) da norma igualitária quando a profissão é tida como fonte de realização pessoal da mulher.

Normas ideais de divisão do trabalho segundo os domínios de gratificação
escolhidos pelas mulheres
(n = 1188)

[QUADRO N.º 4.35]

Pensando nos casais em geral, acha que...	Todas as mulheres	Tarefas, filhos, conjugalidade	Tarefas, relação com parentes, filhos	Relação com parentes, filhos, conjugalidade	Convívios, filhos, conjugalidade	Profissão, filhos, conjugalidade
Trabalho doméstico:						
O casal deve dividir todas as tarefas domésticas.....	70,6	66,8	54,4	69,4	73,8	84,5
O marido deve dar uma ajuda.....	27,8	30,6	42,6	29,5	26,2	15,1
A mulher deve fazer tudo sozinha.....	1,5	2,6	2,9	1,1		0,4
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2 = 142,30; DF = 10; p < 0,000$ (<i>cf</i> = 0,18)						
Trabalho profissional:						
Ambos devem trabalhar fora de casa.....	77,9	76,8	72,1	80,1	80,1	88,8
A mulher deve dar uma ajuda, se necessário.....	16,0	18,8	19,1	14,9	14,6	7,2
Deve ser só o marido a trabalhar fora de casa.....	6,1	4,4	8,8	5,1	5,3	4,0
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2 = 21,34; DF = 10; p < 0,01$ (<i>cf</i> = 0,13)						

À guisa de conclusão, duas tendências são de ressaltar.

A predominância de normas igualitárias enquanto dever-ser da divisão do trabalho entre cônjuges é uma realidade no Portugal contemporâneo, inclinação que tem vindo, ao longo do tempo, a acentuar-se sobretudo no campo profissional. Produziu-se, assim, um certo desencontro entre igualdade doméstica e igualdade profissional, discrepância com que muitas mulheres, em alguma medida, legitimam a sua dupla jornada de trabalho. Contudo, verifica-se também uma tendência para a diminuição progressiva do desfasamento entre o que se deseja idealmente e o que se procura concretizar em matéria de igualdade na divisão do trabalho doméstico. A data de entrada para a conjugalidade estabelece diferenças visíveis neste sentido.

A tendência igualitária dominante assume, entretanto, um peso maior ou menor consoante os contextos sócio-económicos em que a mulher vive ou consoante os valores de que se faz portadora. Grupos mais escolarizados, com maiores capitais profissionais e sem prática religiosa afirmam a norma igualitária de modo mais marcado. Mulheres de meios populares (operários, camponeses), com baixos níveis de escolaridade e católicas

praticantes acentuam menos esta norma, sobretudo no campo doméstico, já que a igualdade profissional é sempre mais transversal no discurso feminino.

A comunicação conjugal

A comunicação conjugal constitui o último dos indicadores de orientação conjugal. Valorizar uma comunicação intensa com o cônjuge enquadra-se numa matriz modernista de relação conjugal, em que o ideal de companheirismo orienta os indivíduos. A atitude contrária encaixa-se antes numa visão institucionalista do casamento, em que o laço construído através do diálogo não é necessariamente valorizado.

Aliás, a ideia de comunicação forte entre o casal é consequente das lógicas amorosas em que se funda e legitima a conjugalidade. Afinal, o amor (romântico ou apaixonado) pressupõe, idealmente, a construção de uma intimidade na qual as trocas verbais, a ligação com o outro, são muito importantes. Também a relação companheirista, assente em valores de reciprocidade e paridade entre os parceiros conjugais, subentende a comunicação como elemento de construção da relação a dois. A comunicação verbal fundamenta, assim, dois traços-chave das conjugalidades modernas: a construção de uma relação de intimidade e a negociação na vida conjugal, por contraponto à ideia de papéis conjugais predefinidos pela instituição matrimonial.

Neste sentido, indagar sobre a comunicação conjugal que se procura concretizar permitir-nos-á juntar à análise efectuada anteriormente um outro elemento, também importante quando se trata de aferir sobre o pendor mais ou menos institucional da conjugalidade na sociedade portuguesa contemporânea.

Ora, olhando para os resultados globais da população feminina inquirida (quadro n.º 4.36), observamos claramente a predominância de uma norma de comunicação intensa, uma vez que 76,2% das mulheres procuram conversar sempre sobre tudo com o marido ou companheiro. Ainda assim, é de notar que cerca de um quarto das inquiridas não procura comunicar de forma intensa com o parceiro, instaurando a diferença face à resposta mais comum.

Os capitais escolares têm um impacto bastante significativo no que respeita à comunicação com o cônjuge (quadro n.º 4.37). Quanto menor o grau de escolaridade da mulher, menor também a comunicação procurada, sendo o oposto igualmente verdadeiro. Note-se que mais de 95% das mulheres com uma licenciatura completa referem a sua vontade de comunica-

rem intensamente com o marido ou companheiro, contrastando, por exemplo, com as mulheres de escolaridade primária. De facto, a importância concedida ao discurso verbal é acrescidamente importante quando se ultrapassou o ensino secundário.

Comunicação conjugal
(*n* = 1776)

[QUADRO N.º 4.36]

Na vossa relação a dois têm tentado...	Porcentagem
Comunicação muito intensa: Conversar sempre sobre todos os assuntos.....	76,2
Comunicação pouco intensa: Conversar sobretudo quando há problemas para resolver.....	23,8
Não perder muito tempo a conversar.....	3,9
Total.....	100,0

Comunicação conjugal segundo a escolaridade da mulher
(*n* = 1776)

[QUADRO N.º 4.37]

Na vossa relação a dois têm tentado...	Todas as mulheres	Sem escolaridade	Primário	Básico	Secundário	Bach., lic. incompleta	Licenciatura completa ou mais
Comunicação muito intensa.....	76,2	56,6	71,7	78,3	78,9	86,1	95,7
Comunicação pouco intensa.....	23,8	43,4	28,3	21,7	21,1	13,9	4,3
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$$\chi^2 = 74,45; DF = 10; p < 0,000 \text{ (cf} = 0,20).$$

A classe social do casal corrobora o impacto estrutural da escolaridade, evidenciando-se, tal como nas secções anteriores, as diferenças de orientação entre os grupos com maiores capitais profissionais (empresários e dirigentes, profissões intelectuais e científicas e técnicos de enquadramento intermédio) e as classes populares, designadamente operárias. Podemos descortinar, *grosso modo*, dois perfis diferenciados, de acordo com as tendências de sobre-representação observadas face à distribuição média da amostra. Por um lado, encontramos a procura de intensidade na comunicação entre os empresários e dirigentes, as profissões intelectuais e científicas e as profissões técnicas e de enquadramento intermédio. Por outro

lado, encontramos uma menor importância desta dimensão entre os operários industriais, os operários casados com empregados executantes e os assalariados agrícolas casados entre si ou com operários. Confirma-se, assim, a força dos capitais sócio-económicos e culturais na estruturação de diferentes configurações normativas em torno da vida conjugal, neste caso a nível das normas de comunicação conjugal.

Comunicação conjugal segundo a classe social do casal
(*n* = 1776)

[QUADRO N.º 4.38]

Na vossa relação a dois têm tentado...	Todas as mulheres	ED	PIC	PTEI	IPP	C	EE	OI	EE + OI	AA + OI
Comunicação muito intensa	76,2	90,0	93,3	84,1	76,0	78,0	77,9	70,4	70,3	75,0
Comunicação pouco intensa	23,8	10,0	6,7	15,9	24,0	22,0	22,1	29,6	29,7	25,0
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$$\chi^2 = 44,78; DF = 16; p < 0,000 \text{ (cf} = 0,16).$$

Se constatamos o impacto estruturante dos contextos sócio-económicos, verificamos, pelo contrário, uma menor influência do tempo sobre a norma de comunicação conjugal. Nem a idade da mulher nem o ano de entrada na conjugalidade produzem variações de grande significado. O mesmo acontece com a religião ou com os domínios de gratificação da mulher, ambos pouco associados à norma de comunicação conjugal. Conversar muito ou pouco constitui opção que parece não obedecer a lógicas trespassadas quer pelo momento histórico de organização da vida a dois, quer por factores religiosos ou identitários, sobrepondo-se-lhes antes a força das desiguais posições na estrutura social.

Os perfis de orientação conjugal: uma tipologia

No final desta análise importa identificar quais os diferentes perfis de orientação desta amostra de casais com filhos em idade escolar. Se a observação, passo a passo, de cada um dos indicadores permitiu situar a população inquirida face a determinados valores do casamento como «instituição» ou como «companheirismo» conjugal, interessa-nos agora obter

uma visão mais global das orientações conjugais e perceber como se cruzam entre si esses mesmos indicadores. Com este objectivo foi elaborada uma análise estatística que nos permitiu identificar várias constelações normativas, assim obtendo uma tipologia da orientação conjugal cujos cinco perfis se diferenciam de acordo com o maior ou menor pendor para a instituição ou para o companheirismo (quadro n.º 4.39)¹⁹.

O perfil de orientação conjugal que denominámos «instituição forte» assemelha-se bastante à «família instituição» proposta por Roussel (1980), abrangendo 13,1% das famílias pesquisadas. A orientação «instituição forte» caracteriza-se, assim, pela sensibilidade à pressão social exterior (o casar para fazer como as outras mulheres surge muito acima da média), pelo respeito enquanto sentimento conjugal privilegiado, pelo acento na perenidade do casamento através da negação absoluta do divórcio em bastantes casos (mais 30,2% do que a média), pela pouca intensidade da comunicação com o cônjuge e por normas de desigualdade tanto no que se procura concretizar como no ideal abstracto. Torna-se evidente a força dos aspectos institucionais entre este conjunto de mulheres (note-se, aliás, que a média de respostas «institucionais» é de 4,36). Este é, assim, um perfil extremo entre as mulheres da amostra, dado aproximar-se tão marcadamente do ideal-tipo «casamento instituição».

Um perfil formalmente muito semelhante é a «instituição», orientação conjugal que partilha com a instituição forte os mesmos traços característicos, mas de forma mais atenuada, como se pode notar através das percentagens de sobre-representação assinaladas no quadro n.º 4.39. A «instituição» evidencia-se como orientação em 18,4% dos casos, o que perfaz, em conjunto com o tipo «instituição forte», cerca de um terço dos casos da amostra. Tal percentagem é, em si, demonstrativa do peso que as visões mais puramente institucionalistas da conjugalidade assumem na sociedade portuguesa contemporânea.

¹⁹ Os diferentes perfis de orientação foram obtidos através dos seguintes procedimentos estatísticos. Num primeiro momento construímos um «índice de instituição» (com base no sentimento de respeito, na perenidade do casamento, na desigualdade ideal e situada, na divisão do trabalho doméstico e profissional, na comunicação conjugal pouco intensa e na ideia de regulação externa do comportamento privado, isto é, a pressão social sentida no início da conjugalidade) e um «índice de companheirismo» (com base no sentimento de relação, na aceitação da dissolubilidade do casamento, na igualdade ideal e situada, na intensidade da comunicação e na ausência de sentimento de pressão social). Somando as respostas correspondentes a cada ideal-tipo. Num segundo momento efectuámos uma análise de *clusters* hierárquica, utilizando o método Ward, sobre os referidos índices. Em seguida utilizámos o procedimento de classificação *quick cluster*, que permite optimizar a classificação dos sujeitos obtida através do *cluster* hierárquico. Estes procedimentos permitiram-nos diferenciar a amostra em cinco grupos, de acordo com as médias obtidas para as respostas no quadrante institucional e no quadrante companheirismo.

Perfis de orientação conjugal
(n = 1776)

[QUADRO N.º 4 39]

Indicadores de «instituição» e de «companheirismo»	Todas as famílias (p < 0,000)	Instituição forte (13,1)	Instituição (18,4)	Aliança (27,0)	Companheirismo (27,0)	Companheirismo forte (14,5)
Índice de «instituição»*	1,93	4,36	3,00	1,99	0,99	0,00
Índice de «companheirismo»*	4,05	1,63	2,99	3,97	4,98	6,00
Sentimento procurado na conjugalidade:	cf = 0,45					
Respeito pelos direitos e deveres.....	52,1	79,4	69,4	61,8	45,4	-
A relação com o outro.....	47,9	20,6	30,6	38,2	54,6	100,0
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Posição face ao divórcio:	cf = 0,46					
Negação absoluta.....	15,7	45,9	19,0	16,9	5,9	-
Muito difícil.....	16,4	32,0	26,6	19,7	7,4	-
Necessário.....	51,1	13,9	41,3	46,3	66,9	76,7
Melhor solução.....	16,8	8,2	13,1	17,1	19,7	23,3
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Tipo de comunicação conjugal procurada:	cf = 0,38					
Muito intensa.....	76,2	43,3	60,2	77,5	88,9	100,0
Pouco intensa.....	23,8	56,7	39,8	22,5	11,1	-
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norma situada de divisão do trabalho doméstico:	cf = 0,49					
Poupar o marido.....	34,3	81,1	58,2	34,1	13,8	-
Ajuda do marido.....	47,8	15,0	33,8	49,1	63,3	64,0
Igualdade.....	17,9	3,9	8,0	16,8	22,9	36,0
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norma ideal de divisão do trabalho doméstico:	cf = 0,48					
Mulher faz tudo.....	1,5	5,2	2,8	1,3	-	-
Ajuda do marido.....	27,8	71,2	49,2	25,9	9,0	-
Igualdade.....	70,6	23,6	48,0	72,8	91,0	100,0
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norma ideal de divisão do trabalho profissional:	cf = 0,44					
Ganha-pão masculino.....	6,1	19,7	7,3	5,5	2,7	-
Ajuda da mulher.....	16,0	45,9	28,1	13,0	4,6	-
Igualdade (dupla profissão).....	77,9	34,3	64,5	81,6	92,7	100,0
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pressão social sentida no início da união:	cf = 0,30					
Pressão para casar (fazer como as outras).....	49,8	69,1	61,7	56,0	39,8	24,4
Ausência de pressão.....	50,2	30,9	38,3	44,0	60,0	75,6
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Grau de institucionalidade no início da conjugalidade.....	7,42	7,97	7,76	7,76	7,16	6,33

* V. nota 19.

Outro perfil também bastante institucional é a «aliança», modelo igualmente próximo da «família aliança» proposta por Roussel. Aqui encontramos algo no meio-termo entre a instituição e o companheirismo – repare-se que alguns traços são semelhantes aos da conjugalidade «instituição» (o sentimento de respeito, o divórcio muito difícil, o sentir de pressão social no início da união) e que outros se enquadram numa lógica companheirista (a intensidade da comunicação e a adesão a uma norma de igualdade de género sobretudo a nível ideal). Estes 27% de mulheres patenteiam assim valores ora mais tradicionais, ora mais modernistas, sendo de frisar o impacto do ideal igualitário na sociedade portuguesa enquanto instrumento de modernização dos valores associados à conjugalidade, pois, se outros aspectos podem quedar-se mais pelo lado do modelo de «casamento instituição», a igualdade no trabalho (profissional e também doméstico) é legítima para a maioria das mulheres.

Os restantes dois perfis são, *grosso modo*, «companheiristas», representando assim 41,5% das inquiridas. Tal como no perfil «instituição» encontramos aqui alguma gradação do companheirismo: um mais forte (0 respostas «institucionais»), outro mais atenuado (cerca de uma resposta «institucional»). No primeiro caso, as percentagens de sobre-representação são mais acentuadas, marcando sobretudo uma orientação vincada para a relação e para a igualdade conjugal. No segundo caso, as tendências são as mesmas, mas sem uma demarcação tão forte face ao perfil médio da amostra. Contudo, ambos os casos se direccionam para a ausência de um sentido de pressão social, para um laço conjugal que privilegia a relação de amizade e companheirismo, para a aceitação fácil do divórcio, para a procura de comunicação intensa e para a igualdade como norma, tanto desejada como procurada. Sem dúvida, as respostas que aqui surgem sobre-representadas e associadas entre si contrastam com a sólida institucionalidade anteriormente retratada, dando muito claramente corpo a uma tendência para a modernização da conjugalidade na sociedade portuguesa. Trata-se, contudo, de um quadro em que o companheirismo tem uma expressão bastante mais acentuada (27,0%) do que o companheirismo forte (14,5%).

A entrada nos contextos sócio-económicos de existência oferece-nos uma visão socialmente mais ancorada da diversidade de matrizes normativas que coexistem na sociedade portuguesa (quadros n.ºs 4.40 e 4.41). Reafirma-se mais uma vez o impacto dos capitais escolares e profissionais sobre os universos valorativos femininos.

De facto, as variações observadas segundo a escolaridade feminina são muito expressivas. As orientações de instituição forte ou de instituição surgem sobre-representadas entre as mulheres sem escolaridade ou com o

ensino primário. A aliança associa-se sobretudo às mulheres com o ensino primário ou básico. O companheirismo eleva-se acima da média quando as mulheres têm o ensino básico, o secundário ou mesmo um curso médio ou uma licenciatura incompleta. O companheirismo forte destaca-se a partir do nível secundário, atingindo a maior percentagem entre as mulheres com uma licenciatura completa ou mais. Os modelos institucionais associam-se, deste modo, a baixos níveis de escolaridade, enquanto as lógicas companheiristas são sobretudo apanágio dos grupos mais escolarizados.

Perfis de orientação conjugal segundo a escolaridade da mulher
(n = 1776)

[QUADRO N.º 4.40]

	Todas as mulheres	Sem escolaridade	Primário	Básico	Secundário	Bach. lie. incompleta	Licenciatura completa ou mais
Instituição forte.....	13,1	32,1	19,7	9,6	3,0	3,0	2,2
Instituição.....	18,4	20,5	24,8	18,2	7,5	9,9	2,2
Aliança.....	27,0	26,9	30,7	29,1	22,1	13,9	9,7
Companheirismo.....	27,0	12,8	20,0	31,9	38,7	33,7	28,0
Companheirismo forte.....	14,5	7,7	4,8	11,3	28,6	39,6	58,1
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Perfis de orientação conjugal segundo a classe social do casal
(n = 1729)

[QUADRO N.º 4.41]

	Todas as mulheres									
		ED	PIC	PTEI	IPP	C	EE	OI	EE + OI	AA + OI
Instituição forte.....	13,1	5,0	0,0	1,5	15,3	23,1	10,4	19,3	11,2	25,0
Instituição.....	18,4	10,0	5,6	8,7	21,5	29,7	11,7	23,7	19,7	20,3
Aliança.....	27,0	17,5	15,7	19,5	29,3	15,3	26,3	29,6	30,9	28,1
Companheirismo.....	27,0	22,5	30,3	35,4	26,1	15,4	35,8	21,6	28,9	20,3
Companheirismo forte.....	14,5	45,0	48,3	34,9	7,8	6,6	15,8	5,9	9,2	6,3
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Em termos de classe social, as distinções são tal-qualmente evidentes. Instituição forte e instituição associam-se aos meios camponeses e operários. A aliança associa-se igualmente aos casais de operários e aos operários industriais casados com empregados executantes. O companheirismo surge acima da média entre os casais com profissões técnicas e de enquadramento intermédio e os casais de empregados executantes. Finalmente, o companheirismo forte vincula-se aos empresários e dirigentes, aos profissionais intelectuais e científicos e aos profissionais técnicos e de enquadramento intermédio, sendo, no entanto, de notar que é sobretudo entre os segundos que a instituição assume, comparativamente, um peso mais diminuto. Fica, portanto, manifesta a ancoragem de cada perfil de orientação em contextos sociais específicos, podendo afirmar-se que, quanto maiores os capitais, maior o pendor companheirista, e inversamente.

Aliás, a escolaridade feminina e a classe social do casal são as variáveis que mais impacto têm sobre a variação dos perfis de orientação (quadro n.º 4.43). Vejamos que, segundo o coeficiente de contingência²⁰, a escolaridade e a classe social explicam, respectivamente, 44% e 40% da variação dos perfis de orientação, certificando-se novamente a força das pertenças estruturais à sociedade sobre os universos normativos dos indivíduos. No âmbito dos contextos sociais de existência, a região de residência do casal consitui ainda uma coordenada de ancoragem social que merece ser referida pelo contributo que presta para explicar o leque de variações observadas (quadro n.º 4.42), afirmando globalmente as especi-

Perfis de orientação conjugal no continente, por NUTSII

[QUADRO N.º 4.42]

	Continen- te (n = 1776)	Norte (n = 669)	Centro (n = 310)	Lisboa e Vale do Tejo (n = 645)	Alentejo (n = 90)	Algarve (n = 62)
Instituição forte.....	13,1	18,3	10,0	9,0	20,0	6,5
Instituição.....	18,4	21,9	19,7	15,6	11,1	14,5
Aliança.....	27,0	30,1	31,0	23,2	18,9	4,2
Companheirismo.....	27,0	21,7	26,8	31,9	30,0	29,0
Companheirismo forte.....	14,5	8,0	12,5	20,3	20,0	25,8
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

²⁰ Medida de associação entre duas variáveis baseada no teste do qui-quadrado. Indica o quanto da variação de uma variável é explicado pela outra.

fidades que, *grosso modo*, diferenciam as áreas a norte e centro do país, mais proficuas em orientações de tipo institucionalista, e as áreas de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve, mais permeáveis aos valores modernistas da relação companheirista.

Perfis de orientação conjugal e variáveis independentes: categorias sobre-representadas em cada variável (resíduos ajustados > 2,0)

[QUADRO N.º 4.43]

	Institui- ção forte (13,1)	Institui- ção (18,4)	Aliança (27,0)	Compa- nheiris- mo (27,0)	Compa- nheiris- mo forte (14,5)
Escolaridade da mulher $\chi^2 = 433,09; DF = 20; p < 0,000;$ $cf = 0,44$	Sem escolari- dade Primário	Primário	Primário Básico	Básico Secundá- rio Curso médio	Secundá- rio Curso médio Licencia- tura
Classe social do casal $\chi^2 = 331,62; DF = 32; p < 0,000;$ $cf = 0,40$	IPP Camp. OI AA + OI	IPP Camp. OI EE + OI	IPP OI EE + OI	PIC PTEI EE	ED PIC PTEI
Região de residência (NUTSII) $\chi^2 = 104,89; DF = 16; p < 0,000;$ $cf = 0,23$	Norte Alentejo	Norte Centro	Norte Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Lisboa e Vale do Tejo Algarve
Religião da mulher $\chi^2 = 87,13; DF = 8; p < 0,000;$ $cf = 0,22$	Católica praticante	Católica praticante	Católica praticante	Católica não pra- ticante	Sem religião Católica não pra- ticante
Trajectória profissional da mulher $\chi^2 = 73,41; DF = 8; p < 0,000;$ $cf = 0,20$	Sempre sem trabalho Trabalho em um- dois momentos	Sempre sem trabalho Trabalho em um- dois momentos	Trabalho em um- dois momentos	Sempre com trabalho	Sempre com trabalho
Domínios de gratificação da mulher $\chi^2 = 73,41; DF = 8; p < 0,000;$ $cf = 0,20$	Tarefas domésti- cas, filhos, conjuga- lidade; tarefas domésti- cas, relação com parentes, filhos	Tarefas domésti- cas, filhos, conjuga- lidade; tarefas domésti- cas, relação com parentes, filhos	Tarefas domésti- cas/ relação com parentes, filhos, conjuga- lidade	Profis- são, filhos, conjuga- lidade	Profissão/ convívios, filhos, conjuga- lidade

(continua)

(continuação)

	Instituição forte (13,1)	Instituição (18,4)	Aliança (27,0)	Companheirismo (27,0)	Companheirismo forte (14,5)
Ano de entrada na conjugalidade $\chi^2 = 48,58$; $DF = 16$; $p < 0,000$; $cf = 0,16$	Até 1974 1975- -1979	Até 1974 1975- -1979	Até 1974	A partir de 1980	A partir de 1980
Percurso de formalização conjugal $\chi^2 = 26,37$; $DF = 16$; $p < 0,05$; $cf = 0,12$	Casamento religioso	Coabitação e cas. religioso União de facto	Casamento religioso	União de facto Coabitação e casamen- to civil	União de facto Coabitação e casamen- to civil Casamen- to civil

Neste seguimento, uma quarta variável com considerável impacto sobre os perfis de orientação conjugal é, sem dúvida, a religião da mulher (o coeficiente de contingência é de 0,22), como sabemos, uma coordenada cujas variações se explicam enormemente em função dos contextos regionais de existência. Se a mulher é católica praticante, tende a ter uma orientação para a instituição, nomeadamente a instituição forte. Ser católica não praticante associa-se, por seu lado, a qualquer das formas de companheirismo, estando as mulheres sem religião mais ligadas a lógicas companheiristas fortes. O principal nó analítico prende-se, assim, com o facto de se ser ou não católica praticante, denotando a articulação entre catolicismo (praticante) e valores familiares institucionais: o respeito, a perenidade, a divisão de papéis de género.

O ano de entrada na conjugalidade, que nos remete para o «tempo social» da transição para a vida a dois – uma das nossas principais hipóteses de partida, a par do impacto dos contextos sociais –, produz alguma variação sobre os valores fundamentais da conjugalidade, observando-se uma maior sobrerrepresentação de orientações institucionais ou aliança entre as mulheres que entraram na vida a dois na década de 70, enquanto o companheirismo tem uma expressão crescente a partir dos anos 80. Fica assim patente o efeito do momento histórico de organização da vida conjugal sobre as suas orientações normativas, sendo visível o movimento de transformação ocorrido, já que a partir dos anos 80 encontramos efectivamente uma maior «desinstitucionalização» da conjugalidade. Esta torna-se mais companheirista, portanto mais estruturada em função de valores modernis-

tas: a igualdade, a comunicação intensa, o sentimento de relação em detrimento do respeito, a ausência de pressão exterior sentida.

É, assim, compreensível que se observe a tendência para os perfis de orientação companheiristas aparecerem sobrerrepresentados entre as mulheres que entraram na vida conjugal pela porta da coabitação, permaneçam ainda hoje a viver em união de facto ou tenham entretanto formalizado a união pelo casamento civil. Em ambos os casos, os seus percursos, com as marcas visíveis da informalidade, indicam-nos o afastamento face aos cânones do «casamento instituição», em linha de coerência com estas orientações normativas mais modernistas que agora descobrimos na sociedade portuguesa. Pelo contrário, as orientações conjugais «instituição forte» e «aliança» tendem a associar-se ao casamento religioso, muito embora, por outro lado, reencontremos aqui, traduzida nos valores de que as mulheres são portadoras, a articulação entre algumas formas de coabitação (mais próxima da coabitação tradicional de outrora) e perfis normativos de casamento instituição. Os domínios de gratificação da mulher, bem como a sua trajectória profissional, acrescentam ainda algumas diferenças em termos da orientação feminina, dando novamente expressão ao contraste entre o perfil instituição ou aliança e o perfil companheirista. No primeiro caso, as mulheres caracterizam-se pela ausência ou intermitência de uma profissão remunerada e tendem a gratificar-se essencialmente com a família (os filhos, o cônjuge, os outros parentes) e com o desempenho do papel doméstico tradicional (as tarefas domésticas), evidenciando sobretudo uma orientação interna, ou seja, para o mundo da família e da casa. No segundo caso, as mulheres têm mais habitualmente trajectórias profissionais sempre com trabalho, espelhando um direccionamento para fora do universo familiar também na esfera das gratificações subjectivas: a par dos filhos ou da relação de casal, tendem a ser nomeados, enquanto domínios gratificantes, a profissão ou os lazeres e os convívios com amigos.

Em suma, o sentido nómico produzido na relação conjugal, que tão bem retrata a diversidade das orientações valorativas na sociedade portuguesa contemporânea, é solidário com determinadas trajectórias sociais. Mulheres cujo percurso de vida se fez em meios sociais diferentes, com encadeamentos diferentes e que atravessaram tempos históricos diferentes organizam a sua vida conjugal e familiar também em torno de valores diferentes. No entanto, as principais variações a salientar não se prendem, curiosamente, tanto com a oscilação dos perfis situados no meio da escala, da instituição ao companheirismo, mas sobretudo com diferenças observadas nas proporções dos modelos normativos mais extremados – a instituição forte, de um lado, e o companheirismo forte, do outro, ambos re-

presentando, numa colagem estreita com os modelos ideal-típicos, ora o esquema tradicional, ora o esquema modernista.

Finalmente, interessa ainda notar que as especificidades de cada perfil de orientação obtêm conteúdo acrescido, se observarmos em pormenor as finalidades iniciais da união que se associam a cada um deles (quadro n.º 4.44). A importância atribuída pelas mulheres a aspectos estatutários, de papel, de pressão social ou de independência face à família de origem

Finalidades iniciais da união por perfil de orientação conjugal
(percentagem de respostas afirmativas)

[QUADRO N.º 4.44]

	Todas as mulheres	Instituição forte	Instituição	Aliança	Companheirismo	Companheirismo forte	<i>cf</i> <i>p</i> < 0,000
Dimensão instrumental:							
Ter um lar e uma casa a seu gosto.	96,6	99,1	97,2	96,5	96,0	95,0	-
Alcançar um bom nível financeiro.	91,8	93,5	90,8	92,3	92,3	89,5	-
Enfrentar as dificuldades económicas da vida.....	81,6	95,2	89,3	86,2	76,0	60,1	0,27
Ter uma pessoa para não ficar só em caso de necessidade.....	70,9	83,6	76,0	75,8	67,4	48,6	0,22
Dimensão cooperação/reciprocidade:							
Partilhar projectos profissionais....	83,8	84,8	83,5	86,4	82,9	80,2	-
Partilhar gostos e ideias semelhantes.....	94,6	92,7	93,6	96,2	93,7	95,7	-
Diálogo e compreensão.....	97,3	97,0	96,9	97,3	97,9	97,3	-
Dimensão afectiva:							
Amor intenso.....	94,9	93,9	95,1	95,8	95,0	92,6	-
Segurança afectiva.....	94,1	97,0	95,7	96,7	93,1	86,0	0,15
Vida sexual gratificante.....	94,0	92,2	93,5	93,9	94,5	94,9	-
Dimensão reprodutiva:							
Ter filhos.....	93,5	96,1	96,0	93,7	93,9	86,4	0,12
Dimensão pressão social:							
Sentir que a família de origem ficava contente.....	73,3	85,7	79,0	78,9	69,1	51,6	0,23
Fazer como as outras mulheres.....	49,8	69,1	61,7	55,7	39,8	24,4	0,28
Dimensão independência:							
Independência face à família.....	76,4	82,7	80,1	80,2	73,9	63,2	0,15
Dimensão estatutária:							
Ter uma pessoa e um lugar para se sentir alguém.....	84,4	90,5	87,8	89,8	80,8	70,8	0,18
Dimensão do papel:							
Tomar conta de uma família.....	90,1	95,7	95,1	93,3	88,3	76,0	0,21

– que são, lembremo-lo, valores constituintes da dimensão institucionalista das finalidades iniciais da união conjugal – varia consoante se esteja face a um perfil de instituição forte, de instituição, de aliança, de companheirismo ou de companheirismo forte.

É, assim, nas conjugalidades com uma orientação institucional que encontramos a maior sobre-representação destes aspectos, sendo, pelo contrário, nas conjugalidades companheiristas que é mais expressiva a sub-representação das finalidades mais institucionalistas. Neste último caso, a pressão social, a aquisição de um estatuto, de um papel ou de independência familiar não são tão importantes, atestando a maior modernização ou «desinstitucionalização» da conjugalidade. Uma conjugalidade sentida como mais privada, porque menos sensível a aspectos de regulação exteriores. Em contrapartida, constatamos novamente a hegemonia relativa de finalidades instrumentais ligadas à obtenção de um espaço doméstico e de um bom nível de vida, bem como da dimensão afectiva ou de cooperação.

Podemos, em suma, constatar a pluralidade dos modelos normativos de conjugalidade, em detrimento de um modelo único de orientação, nuns casos ressaltando os aspectos mais institucionais, noutros os aspectos mais companheiristas, noutros ainda surgindo o cruzamento de ambos. Efectivamente, os cinco perfis de orientação que identificámos, de acordo com o eixo de análise instituição/companheirismo, evidenciam a coexistência de lógicas fortemente institucionalistas e de lógicas marcadamente companheiristas em matéria de conjugalidade. Entre um pólo e outro encontramos perfis menos vinculados, em que as características não são tão delineadas, antes se entrelaçam de modo mais ou menos complexo.

Conclusões

Duas grandes questões conduziram a análise que, neste capítulo, fizemos das finalidades e dos valores que orientam de perto a vida conjugal das mulheres inquiridas. Saber, por um lado, em que medida se assiste na sociedade portuguesa a um processo de modernização da conjugalidade e da família. Saber, por outro lado, se nos encontramos face a um modelo de orientação dominante, ou antes face a uma pluralidade de modelos normativos.

Uma primeira constatação prende-se então com o processo de modernização. O impacto do ano de entrada na conjugalidade sobre as matrizes normativas femininas permite-nos aferir a existência de um movimento tendencial da «instituição para o companheirismo», para usar a expressão

de Burgess, Locke e Thomes (1960 [1945]). Na medida em que esta variável é, para nós, uma porta de entrada no «tempo social» em que as inquietas fizeram o seu percurso de vida familiar, podemos perceber algumas mudanças ao longo das últimas três décadas. As mudanças estruturais ocorridas na sociedade portuguesa ao longo deste período não deixaram intocados os valores que orientam de perto a vida conjugal e familiar.

Sobretudo a partir de meados dos anos 80, verificamos a tendência para uma maior privatização dos comportamentos familiares, uma vez que as mulheres tendem a acentuar menos a importância de factores de regulação externa das suas opções: por exemplo, a pressão normativa sentida no início da união decresce de importância nos discursos femininos. O mesmo movimento de fortalecimento de uma matriz companheirista é comprovado pelo aumento da aceitação fácil do divórcio ou pelo reforço da adesão a normas de igualdade conjugal em matéria de divisão do trabalho doméstico e profissional. Neste último caso, é sobretudo de salientar a diminuição do fosso entre a igualdade desejada em abstracto e a igualdade que efectivamente se procura concretizar, pois vai aumentando, ao longo do tempo, o número de mulheres que procuram fazer coincidir o desejável e o possível.

Aliás, a questão da igualdade é, a nosso ver, crucial no que toca ao movimento de erosão de alguns aspectos mais institucionais do casamento. Veja-se, por exemplo, que no caso do perfil de orientação «aliança», um modelo híbrido entre a instituição e o companheirismo, é a adesão a um ideal de igualdade conjugal que constitui a pedra-de-toque na aproximação a um quadro companheirista. A incorporação da igualdade como dever-ser pôde, assim, ter-se constituído como um contributo importante para a modernização da vida familiar na sociedade portuguesa²¹.

A erosão dos valores institucionalistas não é, contudo, sinónima do seu desaparecimento. Pelo contrário, certos valores do casamento instituição mantêm-se fortes em Portugal, apesar das tendências companheiristas. É de notar a importância que assumem certas formas de instrumentalidade nas finalidades iniciais da união conjugal, finalidades essas que não só permanecem ao longo do tempo (desde antes do 25 de Abril aos anos 90)

²¹ Aliás, o impacto da adesão a normas de igualdade em matéria de divisão do trabalho sobre a vida familiar é algo também afirmado em estudos qualitativos sobre as transformações da família. Karin Wall (1998a), ao estudar a sociedade rural do Baixo Minho nos anos 80, encontrou no discurso das mulheres a viragem para a igualdade conjugal do ponto de vista dos valores. Ora, o entendimento da igualdade como norma desejável, no que respeita à divisão do trabalho no casal, introduz elementos de companheirismo na vida familiar em detrimento de uma visão do casamento como instituição assente na diferença de papéis masculinos e femininos, no respeitante ao trabalho. Nomeadamente, quando se trata do direito das mulheres ao exercício de uma profissão remunerada.

como são transversais a todos os grupos sociais. Se a afectividade e a cooperação se configuram como hegemónicas, o cenário é aqui de cumplicidade entre finalidades expressivas e finalidades instrumentais. Casar (ou entrar numa união de facto) é uma ocorrência que, na perspectiva feminina, não surge completamente desligada das estratégias e dos projectos ligados à produção material da vida familiar, denotando a importância de valores «materialistas» (para usar a terminologia de Inglehart, 1977 e 1997) na sociedade portuguesa. É igualmente de frisar que, apesar da predominância de certos valores companheiristas (nomeadamente a dissolubilidade do casamento, a igualdade, a comunicação intensa), uma proporção considerável de mulheres assume posições de matriz institucionalista. Cerca de um terço das mulheres encara o divórcio como muito difícil, cerca de um terço não adere a uma norma ideal de igualdade na divisão do trabalho doméstico, cerca de um quinto acha que a igualdade em matéria profissional não é desejável e a maioria das mulheres (cerca de 82%) não procura dividir igualmente as tarefas domésticas com o cônjuge.

Finalmente, em resposta à nossa segunda questão inicial, constatamos que uma pluralidade de valores se divisa entre estas tendências gerais. Como vimos, são vários os perfis de orientação conjugal veiculados pelas mulheres inquietas, desde a instituição forte, num extremo, a representar os discursos mais tradicionais, à aliança, um perfil intermédio que conjuga aspectos institucionais e aspectos companheiristas, ao companheirismo, no outro extremo do eixo. De facto, as diferentes conjunções normativas que encontrámos, num *continuum* da instituição forte ao companheirismo forte, dão bem conta da pluralidade de valores que atravessam a sociedade portuguesa contemporânea.

Em suma, não encontrámos, no contexto português, apesar do movimento tendencial para valores companheiristas que tem vindo a verificar-se, o produto final de um processo de passagem ideológica da instituição para o companheirismo, que se traduziria um modelo dominante de orientação, mas a convivência de vários modelos de conjugalidade, no mesmo momento histórico.